



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

GABRIELA HELENA DA SILVA

**O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO FEMINISMO NEGRO NO
BRASIL**

JUIZ DE FORA

2018

GABRIELA HELENA DA SILVA

**O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO FEMINISMO NEGRO NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Política
de Ação do Serviço Social- DPASS da
Faculdade de Serviço Social, como requisito
parcial para obtenção de grau de Bacharel
em Serviço Social, na Faculdade de Serviço
Social da Universidade Federal de Juiz de
Fora.

Orientador: Prof. Ms. Leonardo Nogueira
Alves

JUIZ DE FORA

2018

GABRIELA HELENA DA SILVA

**O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO FEMINISMO NEGRO NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Política
de Ação do Serviço Social- DPASS da
Faculdade de Serviço Social, como requisito
parcial para obtenção de grau de Bacharel
em Serviço Social, na Faculdade de Serviço
Social da Universidade Federal de Juiz de
Fora.

Orientador: Prof. Ms. Leonardo Nogueira
Alves

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Leonardo Nogueira Alves

Prof. Dra. Elizete Menegat

Prof. Dra. Maria Lúcia Duriguetto

JUIZ DE FORA

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, que me deu a missão linda de produzir esse trabalho, contribuindo para meu crescimento intelectual e espiritual. Que esta pesquisa possa contribuir de alguma maneira para outras pessoas, principalmente, mulheres negras.

Aos espíritos amigos, que me transmitiram força e determinação durante toda a minha vida.

À minha mãe, mulher negra que me inspira todos os dias pela sua história e sua coragem.

Ao meu orientador Léo, que me proporcionou tantos conhecimentos!

À Grazi, cuja nossas almas já haviam dançado antes dos nossos corpos físicos se fundirem.

Ao Talles, por em meio a tantas vidas já vividas, continuar sendo a minha pessoa favorita no mundo.

À todas minhas amigas: Luísa, Fefe, Lorena, Clara, Lúria, Emiliene, Amanda e Melina, a minha eterna gratidão.

À todas as mulheres, negras e LGBT's que assim como eu, resistem!

*“E se somos Severinos iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual, mesma morte severina:
que é a morte de que se morre de velhice antes dos
trinta, de emboscada antes dos vinte
de fome um pouco por dia.”*

(João Cabral de Melo Neto)

RESUMO

A presente pesquisa procura evidenciar o surgimento e o desenvolvimento do feminismo negro no Brasil. Parte da compreensão que a formação brasileira contribuiu para a persistência das relações patriarcais e racistas na dinâmica do capitalismo na atualidade. Busca analisar a participação das mulheres negras nos movimentos sociais de resistência ao patriarcado e ao capitalismo, sistematizando os principais limites atuais do movimento feminista negro brasileiro. Para tanto, utilizaremos o método histórico-dialético, pois, entendemos que as relações sociais de produção e reprodução do capitalismo determinam a realidade social e se entrelaçam com o patriarcado e o racismo, o que tange à posição das mulheres negras. Dessa forma, optamos por uma pesquisa bibliográfica e buscamos potencializar a construção do conhecimento pautado no Projeto Ético-Político do Serviço Social que, por sua vez, expressa um compromisso com a emancipação humana e contra todas as formas de opressão e discriminação.

Palavras-chave: racismo; patriarcado; classe; movimento feminista; movimento negro; feminismo negro.

ABSTRACT

This research seeks to highlight the emergence and development of black feminism in Brazil. Part of the understanding that the Brazilian formation contributed to the persistence of patriarchal and racist relations in the dynamics of capitalism today. It seeks to analyze the participation of black women in social movements of resistance to patriarchy and capitalism, systematizing the main current limits of the Brazilian black feminist movement. For this, we will use the historical-dialectical method, since we understand that the social relations of production and reproduction of capitalism determine social reality and intertwine with patriarchy and racism, which concerns the position of black women. In this way, we opted for a bibliographical research and we seek to potentiate the construction of an action based on the Ethical-Political Project of Social Service that is committed to human emancipation and against all forms of oppression and discrimination.

Keywords: racism; patriarchy; class; feminist movement; black movement; feminism black.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	9
1 – A RELAÇÃO ENTRE O PATRIARCADO, O RACISMO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA REALIDADE BRASILEIRA:.....	13
1.1 – Os fundamentos da divisão sexual do trabalho e do patriarcado:.....	13
1.2 – A formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil:.....	16
2 – AS MULHERES NEGRAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO E AO RACISMO:	38
2.2 – Os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS).....	43
2.3 – O “Protesto Negro” e o Movimento Feminista no Brasil:	46
2.4 – O movimento feminista negro no Brasil:	53
2.5 – Os desafios e conquistas do feminismo negro no Brasil:.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	71

INTRODUÇÃO:

Procuramos neste trabalho, analisar como surgiu e se desenvolveu o feminismo negro no Brasil. O interesse por esse tema foi acontecendo durante a graduação em Serviço Social, onde a aproximação com os movimentos sociais ocorreram principalmente através de palestras e seminários. Como mulher negra, pude começar a compreender a raiz de situações racistas recorrentes durante a vida. A disciplina Laboratório de Gênero cursada no 6º período foi essencial para a decisão de escrever sobre essa temática, pois ela trazia conceitos como o de gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho entre outros. A disciplina de Tópicos Especiais em Serviço Social cursada no período seguinte me trouxe a certeza de querer pesquisar sobre as dificuldades e preconceitos sofridos pelas mulheres negras na sociedade capitalista.

Assim, procuramos no primeiro capítulo estabelecer a relação existente entre raça, gênero e classe. Devido à formação social, econômica, cultural e histórica do Brasil, os negros, pelo processo de escravidão que foram submetidos, ocupam os últimos lugares da pirâmide social. Tal fato ocorre, pois o nosso processo de formação fez com que o capitalismo se desenvolvesse segregando os negros e as negras nas esferas sociais. Assim, a classe trabalhadora no Brasil está vinculada ao trabalho escravizado no período colonial da população negra. Dessa forma, classe e raça são indissociáveis e separar essas duas categorias dificulta o entendimento sobre capitalismo e sobre as particularidades do racismo.

É nesse processo de choque entre as duas classes, inicialmente durante o regime escravista (senhores e escravos) e, posteriormente, entre as classes dominantes, e os segmentos negros dominados, discriminados e marginalizados, que iremos encontrar explicação para essa realidade e, inclusive, para o grau de discriminação cristalizado no racismo por grandes parcelas da população brasileira que introjetaram a ideologia das classes dominantes (MOURA, 1988 p.53).

Quando a relação entre mercadoria e escravo se torna ultrapassada e após muita luta dos escravos juntamente com a pressão inglesa, o fim da escravatura acontece e começa a se formar o capitalismo no Brasil, tendo como base a formação social escravista, que contou com o mito da democracia

racial¹ e a lógica da divisão sexual do trabalho para sua manutenção e reprodução.

O mito da democracia racial faz-se ter a ideia de não haver problemas raciais no Brasil desde a sua abolição. Tal mito é importante para sustentar os antagonismos de classe e as desigualdades sociais. O que na verdade, está associado as condições econômicas e políticas nos quais as pessoas se definem e pertencem, pois a pobreza e miséria remetem majoritariamente a um grupo étnico-racial específico.

O capitalismo também incorpora o patriarcado e se utiliza da divisão sexual do trabalho, fazendo com que a figura masculina sempre esteja acima das mulheres. Sendo assim, as mulheres negras sofrem duplamente: por serem mulheres e por serem negras.

A herança da escravidão não se encontra na população negra, como muitos sociólogos dizem, mas sim nas classes dominantes que possuem ideologias discriminantes e “conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra” (MOURA, 1988 p. 70).

Dessa forma, o primeiro capítulo procura esclarecer a relação existente entre raça, gênero e classe. É concluído ressaltando que o modo de produção capitalista se beneficia dessa simbiose.

O segundo capítulo busca refletir sobre a participação das mulheres na construção do feminismo negro no Brasil, tendo como referência a atuação das mulheres no movimento feminista e no movimento negro, pois as mulheres negras reconheceram suas particularidades dentro de uma sociedade racista, classista e sexista e contribuíram (e continuam a contribuir) na luta contra o modo de produção capitalista.

É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante para vislumbrar e criar uma contra-hegemonia (HOOKS, 2015 p. 208).

Ainda buscamos trazer os desafios e limites do feminismo negro tendo em vista a necessidade de superar as formas de discriminação que as

¹ Esse tema será aprofundado no decorrer do trabalho.

mulheres negras vivenciam. Nesse sentido, vale a pena destacar, conforme Davis (2016, p. 116) que “se não fosse pelas escolas e faculdades para a população negra, esta teria sido, para todos os efeitos, conduzida de volta à escravidão”.

Atualmente, as mulheres negras estão cada vez mais conquistando espaços políticos e sociais, como por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial e o Manifesto da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver. O capítulo é finalizado sintetizando que os processos de luta original a consciência da discriminação sexual e de raça, sendo sempre necessário explicitar a articulação entre gênero, raça e classe para desmascarar as estruturas de dominação de uma sociedade racista e patriarcal.

O presente trabalho se trata de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, a fim de realizar levantamentos bibliográficos, pesquisas e dados para identificar e analisar questões importantes ao objeto de estudo.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (...) Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009 p. 33).

É importante compreender e reivindicar igualdade de direitos dos negros e negras. Permanecer vigilantes no contexto social capitalista-patriarcal-racista constitui ferramentas de resistência.

O trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes (HOOKS, 1995, p. 466).

Dessa forma, estudar o movimento feminista negro é relevante para o conjunto da sociedade, uma vez que, os movimentos negros têm crescido e se transformado desde a década de 1970, obtendo importantes conquistas. Assim, os trabalhos de pesquisa na área acadêmica e os esforços de diferentes setores da sociedade brasileira poderão contribuir para que as conquistas dos negros e negras e torne real na vida dos brasileiros/as,

cooperando para a construção de uma sociedade democrática e igualitária em todos os seus aspectos.

A luta feminista negra tem se intensificado cada dia mais, fortalecendo o movimento e garantindo consistência da mulher negra e reconstruindo as nossas raízes destruídas na escravidão. Marielle Franco² dizia que era preciso ocupar a política para que as desigualdades de nós, mulheres negras, diminuam. “Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte”³.

A onda conservadora vem ganhando mais força todos os dias no Brasil. As diversas conquistas de todos os movimentos sociais, entre eles, as vitórias do movimento feminista negro citadas acima, entre outras, como por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra estão sendo ameaçadas. Nesse momento, é preciso conhecer a história da opressão negra e fazer do antirracismo uma luta popular.

Assim, consideramos a realização deste trabalho relevante para a compreensão da questão das mulheres negras na atualidade, contribuindo para uma intervenção profissional crítica que tenha como objetivo superar as relações entre o racismo, o patriarcado e o modo de produção capitalista.

² Em Março de 2018, a socióloga, política, feminista negra e defensora dos direitos humanos, Marielle Franco, foi assassinada juntamente com seu motorista no Rio de Janeiro com nove tiros, quando voltava de um evento com jovens negras. Dois dias antes de seu assassinato, Marielle Franco denunciou a Polícia Militar do Rio de Janeiro por abuso de poder, por desrespeitar e agredir os moradores da favela de Acari.

³ Disponível em <<https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>>.

1 – A RELAÇÃO ENTRE O PATRIARCADO, O RACISMO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA REALIDADE BRASILEIRA:

*“Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se
movimenta com ela”.*

(Angela Davis)

O modo de produção capitalista atualmente ocupa todas as esferas da vida social. As relações de dominação/exploração em relação ao gênero, a sexualidade e a raça são produzidas e reproduzidas de acordo com as necessidades do capital.

O capitalismo faz com que as desigualdades sociais sejam inquestionáveis e naturalizadas, através da alienação do trabalho. O trabalhador passa a não reconhecer o produto que ele mesmo produziu, não podendo reivindicar aquilo que é fruto de seu esforço, tornando o capitalista mais rico e o trabalhador mais pobre. “A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir” (MARX, 2010 p. 81). Porém, homens e mulheres comprometidos com uma análise crítica e concreta da realidade, construíram diversas formas de resistência, como por exemplo, a tentativa de rompimento das formas de exploração/dominação dessa sociedade capitalista, patriarcal e racista.

Neste capítulo, buscaremos identificar a relação existente entre o patriarcado, o racismo e o modo de produção capitalista. Assim, estudaremos a formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil, com ênfase nos processos que deram fim a escravidão e a forma da qual o racismo e o patriarcado foram e são funcionais ao sistema capitalista.

1.1 – Os fundamentos da divisão sexual do trabalho e do patriarcado:

No processo de constituição histórica da América, as formas de controle e exploração do trabalho foram desenvolvidas em torno da relação capital e do

mercado mundial. Utilizou-se a escravidão, a servidão e o patriarcado. Segundo Quijano (2005), cada uma dessas formas de controle do trabalho foram estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial e todas são articuladas com o capital e por esse meio entre si. Assim, cada uma delas desenvolveu traços novos e novas configurações histórico-estruturais.

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005 p.3).

Na sociedade capitalista, as divisões de papéis sociais são feitas a partir do sexo biológico de cada ser. Assim, se expressa à divisão sexual do trabalho na qual há uma relação hierárquica de poder onde os homens são vistos como seres superiores as mulheres. Historicamente, as atividades domésticas são vistas como atribuições femininas enquanto os homens são atribuídos às atividades políticas e financeiras.

O sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja, distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são amputadas sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder (SAFFIOTI, 2004 p. 35).

Essa desigualdade está indissociável da ideologia do patriarcado. Saffioti (2004) afirma que no sistema patriarcal, o homem é tido como essencial enquanto a mulher é inessencial. Dessa forma, segundo Cunha (2014) o sistema patriarcal, trata-se de um regime no qual o homem, ocupa a posição de centralidade na família e todos na casa, lhe devem obediência plena.

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação

social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador (es) e dominado (s) (CUNHA, 2014, p.154).

Desde o período colonial é possível encontrar traços do patriarcado no Brasil, no qual o poder absoluto era exclusivamente masculino. Com o modo de produção capitalista, através da divisão nos trabalhos entre homens e mulheres “coloca a mulher em um local de desprestígio em relação aos homens no mundo do trabalho e isto se dá através da educação sexista” (CASTRO; SANTOS; SANTOS, 2018 p.07). O capitalismo renova as formas já existentes que lhe são funcionais para sua produção e reprodução.

Mas não é certo que as relações capitalistas de produção destroem ou eliminam as desigualdades sociais, económicas, políticas e culturais baseadas em diferenças raciais. Ao contrário, o capitalismo recria essas diferenças continuamente, segundo as leis da divisão do trabalho social e estratificação social que lhes são próprias (IANNI, 1978, p.141).

Na divisão sexual do trabalho, o capitalismo se apropria do trabalho feminino que além de precário e subalterno ao masculino, também reproduz a força de trabalho em âmbito familiar, sobrecarregando o trabalho das mulheres e causando implicações a saúde dessas.

O papel do homem e da mulher é uma construção social, que na sociedade patriarcal se apresenta por meio de uma relação de poder e hierarquia, neste contexto, a divisão sexual do trabalho se expressa em uma relação de assimetria entre homens e mulheres, onde o trabalho masculino é colocado como superior ao feminino (BEZERRA; FERRERA, p. 472).

Muitas vezes, intrincadas na ideologia do patriarcado, as mulheres desempenham e reproduzem as funções do patriarca, disciplinando seus filhos segundo a lei do pai. Ainda que não concordem com esse regime, colaboram para alimentá-lo.

O patriarcado, em presença de – na verdade enovelado com – classes sociais e racismo (SAFIOTTI, 1996), apresenta não apenas hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do status quo consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido de igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações feministas. Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios. Não basta

ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservada aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma (SAFIOTTI, 2004 p. 107).

A sociedade capitalista possui relações de opressão de gênero e raça. Assim, “preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital” (SAFFIOTI, 2013, p.82).

As desigualdades de gênero e as desigualdades de raça no Brasil contemporâneo são resultados do processo histórico brasileiro. As relações raciais e de sexo presentes nos países capitalistas apresentam contradições: há uma valorização dos ideais de igualdade intelectual e política de todas as pessoas sem distinção de raça e gênero ao mesmo tempo em que há conflitos e antagonismos que são resultados da condição de desigualdade em que as mulheres e a população negra se encontram. Cabe agora, após introduzir o debate sobre patriarcado e divisão sexual do trabalho, apontar aspectos da formação sócio histórica brasileira.

1.2 – A formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil:

A formação patriarcal, racista e capitalista do Brasil, teve como consequências diversos rebatimentos na questão da mulher na atualidade, sendo uma delas, a posição de marginalidade em que as mulheres negras se encontram.

A escravidão no Brasil ocorreu durante os séculos XVI e XIX e foi uma forma de exploração da força de trabalho de homens e mulheres da África que vieram de forma forçada pelo tráfico negreiro no oceano Atlântico. A escravidão foi um processo de extrema violência. A escravidão exigia um grande número de trabalhadores que eram submetidos e obrigados a uma rotina de trabalho complexa e sem lucros, isto é, uma força de trabalho para a produção latifundiária. O processo de trabalho era intenso e o próprio cotidiano nos engenhos, nas fazendas ou nas minas, já representava uma violência impactante.

No Brasil, a formação social capitalista foi se constituindo, por assim dizer, por dentro e por sobre a formação social escravista. Pouco a pouco, uma parte do capital produzido pelo escravismo era aplicado em atividades artesanais, fabris, comerciais e financeiras que não revertiam necessariamente em benefício dos interesses escravistas (IANNI, 1987, p.17).

O processo escravagista foi essencial na sociedade brasileira em princípios do século XIX, que teve como principal característica para a sociedade naquele momento a escravidão. A escravidão no Brasil teve características próprias que em geral, moldaram a sociedade brasileira.

A escravidão no Brasil, denominada por Caio Prado Jr de “moderna” teve elementos que foram descartados para poder alimentá-la, isto é, indígenas da América e negros africanos, com níveis culturais ínfimos, comparado ao de seus dominadores.

Na América, pelo contrário, a que assistimos? Ao recrutamento de povos Bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu hábitat e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha. E aí o que esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional: “Instrumento vivo de trabalho” o chamará Perdigão Malheiro. Nada mais que queira dele, e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A “animalidade” do Homem, não a sua “humanidade” (PRADO JR, 2000 p.280).

As pessoas negras não abrigavam nenhuma esperança por melhores que fossem suas aptidões: havia nele, o estigma de uma raça que era colocada à força nos mais baixos degraus da escala social. “Negro” ou “Preto” são na colônia, e durante muito tempo, termos pejorativos.

No caso dos indígenas, houve a educação jesuítica e de outras Ordens, que mesmo com todos os defeitos trouxeram uma preparação de certo alcance. Os/as negros/as foram totalmente excluídos de qualquer ensinamento, a não ser o do trabalho.

Verdadeiro “pária” social, nenhum gesto se esboçou a seu favor. E se é certo que os costumes e a própria legislação foram com relação a ele mais benignos na sua brutalidade escravista que em outras colônias americanas, tal não impediu contudo que o negro fosse aqui tratado com último dos descasos no que diz respeito à sua formação moral e intelectual (PRADO JR, 2000 p.284).

A escravidão, nas duas funções que reproduzirá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não vai determinar senão relações elementares e complementares.

O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevada. Não lhes acrescentará elementos morais; e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido no seu estado primitivo. As relações servis são e permanecerão relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada ou quase nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia (PRADO JR, 2000 p.355).

A escravidão tratou-se de posse, de domínio, do sequestro de homens e mulheres – corpo, inteligência, forças – e só acaba com a morte. Joaquim Nabuco (2000) escreve alguns pontos do que é legalmente a escravidão em 1883 no Brasil

O escravo vive na completa incerteza da sua sorte; se pensa que vai ser vendido, hipotecado, ou dado em penhor, não tem o direito de interrogar o seu dono; Os senhores podem empregar escravas na prostituição, recebendo os lucros desse negócio, sem por isso lhes faça perder a propriedade que têm sobre elas; assim como o pai pode ser senhor do filho; O Estado não protege os escravos de forma alguma, não lhes inspira confiança na justiça pública; mas entrega-o sem esperança ao poder implacável que pesa sobre eles, e que, moralmente, os prende ou magnetiza, lhes tira o movimento, em suma os destrói (NABUCO, 2000 p.85).

As mulheres escravizadas eram instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores. Essa relação não vai ultrapassar o nível primário e puramente animal do contato sexual. Também não vai se aproximar da esfera propriamente humana do amor, em que o sexo se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos amplos.

As mulheres negras escravizadas tinham aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Assim, o ponto de partida para qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão é uma avaliação do seu papel como trabalhadoras. O sistema escravista enxergava os negros como propriedade, e as mulheres não menos que os homens também eram vistas como unidades de trabalho lucrativas para os donos de escravos,

independente do gênero. As mulheres negras escravizadas eram trabalhadoras o tempo todo e, apenas ocasionalmente, esposa, mãe e dona de casa. É importante ressaltar, que mesmo diante das condições desfavoráveis, as mulheres negras escravizadas foram fundamentais para a permanência da cultura vinda da África, mantendo seus costumes, crenças, religiosidade e etc.

A maioria das meninas e mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura do amanhecer ao pôr do sol. No que diz respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens (DAVIS, 2016, p.19).

Mas as mulheres também sofriam de forma diferenciada, pois eram vítimas de abuso sexual e outros maus tratos que só poderiam ser sofrido por elas. A posição dos senhores sobre as escravas era de explorá-las iguais aos homens quando fosse lucrativo, mas quando fosse para serem reprimidas de modo cabível apenas para as mulheres, elas se reduziam apenas a condição de fêmea.

As escravas eram vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições dos homens escravos eram açoitamento e mutilações, as mulheres além de açoitadas e mutiladas, também eram estupradas. O estupro era uma forma ostensiva de domínio econômico do proprietário e do controle do feitor em relação às mulheres negras trabalhadoras.

Obviamente mais proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças no colo. Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas (DAVIS, 2016, p.21).

Em 1833, houve a crise do tráfico negreiro e o fim da escravidão nas Antilhas inglesas, pois, o pré-capitalismo teve no trabalho escravo um produtor de mercadorias com baixo custo. Além disso, os próprios negros e negras escravizados tratavam-se de uma mercadoria reprodutiva que exigia somente a sua manutenção. O tráfico negreiro contribuiu para a acumulação do capital que beneficiou em boa parte, o início da industrialização.

Com o início da industrialização no Brasil, o aumento de exportações de produtos industrializados aumentou, dependendo da existência de mercados compradores. O escravo, não era logicamente um comprador em potencial.

Dessa forma, os ingleses focados em seus interesses exigiram a extinção total do tráfico negreiro, e o Brasil ainda dependia de mão de obra africana para se utilizar do trabalho escravo e produzir preços mais baixos.

A região Centro-Sul brasileira era a mais prejudicada com a crise do tráfico. O Nordeste, cuja a economia estava em declínio, pouco sofria. Para muitos proprietários de escravos, houve até vantagem: as dificuldades de importação valorizaram os negros. Necessitados de trabalhadores, fazendeiros de café compravam escravos do Nordeste, para tocar suas lavouras. Os excedentes de capitais estavam sendo aplicados em outras atividades lucrativas. Políticos liberais e conservadores se uniram para manter o tráfico negreiro. Influenciada pela elite, a opinião pública também era favorável a importação de negros (SCHNEERBERGUER, 2010 p. 309).

O humanitarismo também serviu de justificativa para o fim do tráfico e da escravidão, mas na verdade manter os escravos exigia um investimento para a sua aquisição, e teriam que render pelo menos o valor de sua compra, pois, se morressem, sofridos de acidentes graves ou ficassem doentes, o proprietário perderia o capital aplicado. Noutros termos, “deixar morrer o escravo era prejuízo irremediável” (SCHNEERBERGUER, 2010 p. 308).

Em contrapartida, com novo modo de produção que nascia o patrão não precisava se preocupar com a alimentação de seus funcionários, que poderiam ser substituído por outros a qualquer momento. Eram forçados a produzir, com medo de serem dispensados ou não receberem o salário no fim da jornada ou no final do mês.

Em 1850 o governo brasileiro sede a pressão externa e aprova a lei Eusébio de Queirós, que tornava ilegal o tráfico negreiro e previa penas para os contrabandistas.

A escravidão no Brasil se mantinha graças ao tráfico negreiro, porque entre os cativos a natalidade e a perspectiva de vida eram baixas. Com o fim do tráfico, a instituição entrou em crise. Um dos receios da camada dominante era de que o grande número de escravos libertos pudesse perturbar a ordem social. Nessa época, cresceu na classe dirigente a ideologia racista, o princípio de branqueamento. Por isso, ela incentivou a imigração europeia para “melhorar a raça” brasileira (SCHNEERBERGUER, 2010 p. 310).

As ideias abolicionistas cresciam proporcionalmente a medida que aumentava a crise do trabalho escravo e algumas experiências com imigrantes eram obtidas com sucesso em São Paulo. O antagonismo existente entre escravo e mercadoria entra em contradição no momento em que o sistema econômico-social brasileiro entra em um período de transformação. A relação entre a produção mercantil e a escravatura é eficiente enquanto a mercadoria não passa a ser categoria fundamental do sistema.

A sociedade brasileira encontrava-se em um dilema: “como libertar os escravos sem ferir os interesses da classe politicamente dominante? (...) A solução foi criar leis que aboliram gradualmente a escravidão” (SCHENEERBERGUER, 2010 p. 311).

Em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que tornava livre todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da promulgação da lei. Todavia, a criança deveria continuar com a mãe até os 8 anos de idade, não podendo ser vendida.

A Lei do Ventre Livre foi um duro golpe na escravidão. Políticos liberais e conservadores, embora escravocratas em sua maioria, foram obrigados pela conjuntura a aprovar a primeira norma que levaria à abolição. É certo que procuraram minimizar seus efeitos o máximo possível, resguardar seus interesses, mas o escravismo estava mortal e moralmente ferido. Os críticos mais severos do regime voltaram à carga. Argumentavam que a Lei do Ventre Livre foi um meio encontrado para prolongar por mais duas décadas o fim da escravidão (SCHENEERBERGUER, 2010 p. 312).

Em 1885 foi aprovada a Lei dos Sexagenários que determinava livre os escravos acima de 60 anos. Na verdade, o grande beneficiário dessa lei era o proprietário que não teria mais que se preocupar com a manutenção dos escravos mais velhos.

O capital comercial foi o fator mais importante para a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Brasil. A formação social escravista brasileira estava vinculada essencialmente e de maneira determinante, ao comércio da prata, ouro, fumo, açúcar, algodão e outros produtos coloniais. Tais fenômenos, protegidos pela ação do Estado e combinados com os avanços da divisão social do trabalho formaram as condições da transição para o modo de trabalho capitalista.

Octavio Ianni afirma

Para enfrentar os problemas relacionados à organização eficaz dos elementos da produção, tais como a terra, o capital, a técnica, a mão de obra, além do financiamento, o transporte, o crédito, etc., o fazendeiro foi obrigado a adotar outras atitudes e comportamentos, transformando-se em empresário. A racionalidade inerente ao modo capitalista de organização da produção difunde-se progressivamente pelo sistema social. Nesse processo desenvolve-se a auto racionalização do comportamento do empresário. E também do trabalhador. (IANNI, 1987 p.16).

Desta forma, o progresso da economia passou a depender da eliminação do trabalhador dentro dos meios de produção. Não apenas na abolição da escravidão, mas também para se criar um mercado efetivo de mão de obra, que tenha sua base no trabalhador livre.

Porém, é importante que se reconheça o grande negócio que a escravidão foi para os comerciantes ingleses, holandeses, portugueses e entre outros ligados ao tráfico de negros da África ao Brasil. Havia diversos capitais metropolitanos relacionados ao comércio de escravos, fazendo se vincular a metrópole, a África e as colônias da América Latina.

A dinâmica do capital mercantil envolvido no tráfico era um elemento importante na manutenção e expansão da escravidão nas colônias. A produção das colônias, por sua vez, era comandada a partir da dinâmica do capital mercantil, cuja área de realização e reprodução era a Europa. Assim é que se intensifica a acumulação primitiva e, ao mesmo tempo, consolidam-se e expandem-se as formas de organização social e técnica do trabalho compulsório. Pouco a pouco, esses encadeamentos entre a Europa, a África e o Novo Mundo adquirem outros desenvolvimentos, principalmente com o crescimento da produção manufatureira. Em conjunto, essas relações econômicas internacionais, aceleram a acumulação de capital na Inglaterra, devido à posição privilegiada que esse país passou a ocupar no mercantilismo e, em seguida no capitalismo industrial nascente (IANNI, 1978 p. 11).

No período entre 1873 e 1885, o capitalismo mundial enfrenta uma crise gerada pelo excesso de produção e falta de compradores. Segundo Ianni (1987, p. 30)

O regime escravocrata brasileiro representava um obstáculo à expansão da racionalidade indispensável à aceleração da produção de lucro. (...) É com a separação completa entre trabalhador e os meios de produção que se estabelece uma condição básica à entrada da economia nacional no ciclo da industrialização.

É nítido que o funcionamento e a expansão do capital mercantil “cria, mantém e desenvolve o paradoxo representado pela coexistência e independência do trabalho escravo e do trabalho livre” (IANNI, 1978 p.12). O escravo estava contribuindo para formar-se o operário. A escravidão estava relacionada com o início do capitalismo, principalmente na Inglaterra.

A relação entre mercadoria e escravo se torna ultrapassada. É necessário que o trabalhador adquira sua liberdade para que a atividade produtiva ganhe condição de mercadoria.

Ianni afirma que

Torna-se necessário romper com a vinculação do escravo com os meios de produção, de modo que a racionalidade possível no sistema econômico penetre também a esfera do trabalho. Nesse passo, o escravo se transforma em trabalhador livre, a mão-de-obra em forma de trabalho. Somente nesse contexto é que a produção de lucro é função da produção da mais-valia relativa (IANNI, 1987 p.20).

Dessa forma, a população escrava diminuía rapidamente. Em 13 de Maio de 1888 uma lei com apenas dois artigos punha fim a escravidão no Brasil.

No Brasil, a formação do capitalismo teve como base a formação social escravista. De pouco a pouco, uma parte da capital produzido pelo regime escravocrata era colocado em atividades artesanais, fabris, comerciais e financeiras.

Em síntese, no primeiro momento, as formações sociais baseadas no trabalho escravo produziram as mercadorias que permitiram a ampliação e a aceleração da acumulação de capital, processo que esteve na base da criação e generalização do capitalismo. Nesse então, o próprio trabalhador é mercadoria. No outro momento, o capitalismo constituído e em expansão revoluciona as relações de produção nas formações sociais escravistas, transformando o escravo em trabalhador livre. Nesse então, o trabalhador é livre de vender sua força de trabalho como mercadoria. Antes, no âmbito da adulação primitiva, o escravo havia ajudado, a criarem-se as condições de formação do operário. Depois no século XIX o operário ajudava a criarem-se as condições de transformação do escravo em operário (IANNI, 1978 p. 50).

Porém, durante todo o processo de escravidão, a população negra desenvolveu diversas formas de resistências, das quais as mulheres negras foram fundamentais, contribuindo para a abolição.

O negro brasileiro sempre foi um organizador. Durante o período no qual perdurou o regime escravista, e, posteriormente quando se iniciou – após a abolição – o seu processo de marginalização, ele se manteve organizado, com organizações frágeis e um tanto desarticuladas, mas sempre constantes: quilombos, confrarias religiosas, irmandades, cantos na Bahia, grupos religiosos como o Candomblé, terreiros de xangô e mesmo de umbanda, mais recentemente (MOURA, 1983 p.143).

Um dos grandes grupos específicos negros de resistência e sobrevivência foram os chamados “quilombos”, que nascem no dentro da sociedade escravista e expressam uma das formas mais graves de violência daquele período.

Quilombo era (...) toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles. Dessa forma, no Brasil, como em outras partes da América onde existiu o escravismo, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos (MOURA, 1993 p. 11).

No Brasil, o quilombo esteve presente durante toda a escravidão e existiu praticamente em todos os territórios nacionais. À medida que o regime escravocrata aparecia e se espalhava sua negação também aparecia em resposta a esse tipo de sociedade. Os quilombos manifestavam-se nacionalmente como manifestação de luta contra o regime escravocrata e as condições que os escravos viviam.

Os quilombos (...) tinham várias formas de organização. Muitos eram pequenos, outros, maiores, mas todos com o mesmo objetivo: fugir do sistema escravista. Em face da grande diversificação da economia escravista, muitas vezes os quilombos reproduziam internamente o tipo de economia da área na qual se organizavam. Por isso, embora a maioria praticasse a agricultura, em face da grande tradição agrícola dos povos africanos, não havia uniformidade naquilo que poderíamos atualmente denominar modelos econômicos (MOURA, 1993 p.50).

As organizações religiosas também se caracterizavam como órgãos de lutas das pessoas negras, como por exemplo, as irmandades. O Culto a Nossa Senhora do Rosário é um modelo disso. Sob a proteção dessa santa, os negros e as negras organizaram a irmandade “Os Pretos do Rosário de São Paulo”. Tal irmandade nasce da dificuldade dos escravos viverem suas crenças

africanas, tendo que se organizarem sob a forma da religião dominante, isto é, o catolicismo.

Podemos destacar também os assassinatos dos senhores, dos feitores, dos capitães do mato, o suicídio, as fugas individuais, entre outras como formas de resistência dos escravos. No entanto, os quilombos se constituíram na unidade básica da resistência ao regime escravocrata.

Clóvis Moura ainda afirma que desde que a escravidão foi instituída no Brasil, muitos negros se refugiavam nas matas com os indígenas.

Outras vezes, os escravos negros juntavam-se aos índios para praticarem desordens. Uma delas era a destruição da força. Várias vezes as autoridades verberaram as atividades dos “negros da terra e de Guiné”, que repetidamente destruíam instrumentos de morte. Aqui, a expressão negro da terra corresponde aos índios e de Guiné aos africanos ou aos seus descendentes (MOURA, 1993 p. 16).

Em suma, é importante dizer que o fim da escravidão no Brasil, foi resultante de três fatores: as resistências e lutas dos negros, a pressão da Inglaterra por novos consumidores (a indignação britânica pelo tráfico negreiro oscilava de acordo com seus interesses mercantis) e pela própria lógica do desenvolvimento do capitalismo.

A desigualdade racial no Brasil após a abolição permanece, a população negra teve dificuldades de ter acesso ao trabalho qualificado e bem remunerado, restando apenas trabalhos precários. A população negra que antes era escrava se via excluída quase que totalmente da sociedade branca. Desde 1822, a terra era propriedade de quem chegasse primeiro e a ocupasse.

Os abolicionistas acreditavam que já haviam cumprido o seu “papel” – os escravizados já estavam “livres”. Porém, não houve um projeto de “integração” dos negros àquela nova sociedade. E, sem políticas integrativas, os ex-escravos não tinham acesso ao sistema educacional; sua inserção no mercado de trabalho remunerado foi precária: os que conseguiram trabalho exerciam funções como: serventes, empregados domésticos e outras atividades que não pagavam o suficiente para a manutenção pessoal. Viviam em cortiços e cômodos alugados, sendo posteriormente expulsos para as favelas (MENEZES, 2010, p.28).

A passagem do período colonial para a industrialização nacional foi financiada com o resultado do processo de acumulação do trabalho

compulsório negro (MENEZES, p. 21). Os negros ao tentarem se reordenar na sociedade capitalista, são estrategicamente manipulados e considerados como mão-de-obra não aproveitável e marginalizada. Dessa forma, o capitalismo lançava as bases que constituem atualmente, a maioria do contingente de desempregados e explorados, que formam a pirâmide social brasileira hoje.

Em boa parte, a lógica da discriminação racial guarda alguma congruência com a lógica das relações de produção. É claro que uma e outra não são perfeitamente harmônicas entre si. Mas é inegável que maioria dos desempregados são membros das raças subalternas; que os membros destas raças, mesmo que empregados, participam em menor escala do produto do trabalho social; que, nas classes médias e dominantes, os membros das raças subalternas são menos visíveis, mais raros ou mesmo totalmente ausentes (IANNI, 1978 p. 134).

Dentre as diversas demandas da classe trabalhadora brasileira, a discussão de raça está diretamente ligada à exploração e dominação histórica do capital.

Grande parte da problemática relativa às relações raciais, conforme essa problemática manifesta-se em países capitalistas, aparece de modo mais ou menos claro no seguinte paradoxo: Difundem-se e valorizam-se cada vez mais os ideais de igualdade intelectual e política de todas as pessoas ou cidadãos, sem distinção de raça ou credo religioso; ao mesmo tempo que se multiplicam as situações de antagonismo e conflito raciais, em países coloniais, dependentes e dominantes (IANNI, 1978 p. 132).

No Brasil, a ideologia racial é constituída proporcionando ao capital, mecanismos que reforçam a discriminação racial e o racismo também no interior da classe trabalhadora.

Fernandes (1989, p. 61) afirma que

Ao se classificar socialmente, o negro adquire uma situação de classe proletária. No entanto, continua a ser negro e a sofrer discriminações e violências. Afirmar-se somente pela raça pressupõe uma utopia. (...) é imperativo que a classe defina a sua órbita, tendo em vista a composição multirracial das populações em que são recrutados os trabalhadores. Todos os trabalhadores possuem as mesmas exigências diante do capital. Todavia, há um acréscimo: existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes.

Na sociedade brasileira, se tem a ideia de que não há problemas raciais presentes na democracia. O mito permaneceu até que os negros ergueram seu protesto. Tal protesto foi ignorado pelo meio social, mas foi de extrema importância para a história política. O “protesto negro”⁴ ganhou força na década de 30 pela precariedade da condição de vida dos negros e pela intolerância do Estado Novo. O que a população negra protestavam era na lei, a ordem ser uma e nos fatos, ser outra. O negro desmascara e ergue sua denúncia, exigindo uma Segunda Abolição (FERNANDES, 1989).

No censo de 1950 em que o levantamento racial foi contemplado no Brasil, os números mostravam desenvolvimento desigual a respeito da estratificação racial. Prevalecia-se a tendência estrutural a extrema desigualdade racial.

Os fatos – e não as hipóteses – confirmam que o mito da democracia racial continua a retardar as mudanças estruturais. As elites, que se apegaram a ele numa fase confusa, incerta e complexa de transição do escravismo para o trabalho livre, continuam a usá-lo como expediente para “tapar o sol com a peneira” e de auto-complacência valorativa. Pois consideremos: o mito – não os fatos – permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas como são as desigualdades raciais no Brasil (FERNANDES, 1989, p.16).

Para as pessoas negras, “democracia” quer dizer “democracia racial”. Existem barreiras sociais e barreiras raciais na luta pela conquista da “condição de gente” dos negros. Muitos afirmam que o preconceito racial é um fenômeno de classe e que na sociedade brasileira não existem barreiras raciais. Porém, essas se manifestam de vários modos e muito fortes.

Os antagonismos e conflitos sociais de base estão sempre imbricados nas condições econômicas e políticas nas quais as pessoas, os grupos e as classes sociais se definem e atuam como produtores, cidadãos, trabalhadores assalariados, operários, camponeses, burgueses etc. Mais que isso, as manifestações de tensão e violência racial têm as suas raízes nas contradições político-econômicas que caracterizam a sociedade capitalista. Os valores e padrões de comportamento racial, ou as ideologias e as práticas nas relações raciais, em geral são mediações sócio-culturais e políticas importantes no contexto das relações entre classes e subclasses sociais, articuladas de modo hierarquizado, em conformidade com as

⁴ “Protesto Negro” é uma expressão utilizada por Florestan Fernandes para tratar o início do Movimento Negro no Brasil.

relações de produção e apropriação. É claro que raça e classe não se reduzem uma à outra; são determinações importantes, que precisam ser compreendidas em sua especificidade. Mas seria equivocada e incompleta a interpretação de problemas raciais que não incorporasse a condição das pessoas na estrutura de classes da sociedade, sejam elas classes sociais em formação, amadurecidas ou em situação de crise (IANNI, 1978 p. 142).

A população negra se vê excluída e marginalizada da sociedade civil, e se enxerga com o peso de um bloqueio insuperável e de uma forma de dominação camuflada e cruel que aumenta a exploração do negro e anula suas oportunidades sociais. Ao mesmo tempo, o Brasil é visto como um país no qual se reina a harmonia e igualdade entre as raças. Tal armadilha faz o negro acreditar ser o culpado dos seus próprios fracassos.

Desse ângulo, o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita (FERNANDES, 1989, p.23).

Florestan Fernandes ainda afirma que, mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a sua luta por igualdade e liberdade possui um significado socialista. Assim, não basta apenas lutar para a emancipação do socialismo proletário. É necessário que o socialismo proletário venha unido a um impulso radical que vá além da liberdade coletiva da classe trabalhadora e acabe totalmente com a opressão racial.

Dessa forma, é importante refletirmos se é possível a liberdade coletiva da classe trabalhadora sem acabar com o racismo. É possível superar o racismo em uma sociedade de classes no qual ele é estrutural materialmente, culturalmente e ideologicamente?

Primeiramente, é importante ressaltarmos que o capitalismo substitui e recria relações econômico-sociais já existentes. Mas não é certo afirmar que as relações capitalistas destroem as desigualdades sociais e discriminações raciais. Pelo contrário, o capitalismo reproduz essas diferenças contando ainda com a lógica da divisão sexual do trabalho.

A sociedade capitalista revela uma capacidade excepcional para controlar, disciplinar, reprimir ou dar novas soluções aos antagonismos e conflitos sociais de base racial. Mas não tem mostrado capacidade especial para resolver as situações de antagonismos e conflitos segundo os interesses das raças discriminadas, oprimidas ou subalternas. Daí os frequentes desdobramentos e interrupções de tensão e violência racial (IANNI, 1978 p. 142).

Ianni (1978) ainda afirma que os conflitos sociais raciais estão diretamente ligados nas condições econômicas e políticas na quais os seres sociais se definem e atuam como operários, burgueses, camponeses e etc. Dessa forma, as discriminações raciais têm suas origens nas contradições político e econômicas que constituem a sociedade capitalista.

É claro que raça e classe não se reduzem uma a outra: são determinações importantes que precisam ser compreendidas em sua especificidade. Mas seria equívoca e incompleta a interpretação de problemas raciais que não incorporasse a condição das pessoas na estrutura de classes da sociedade, sejam elas classes sociais em formação, amadurecidas ou em situação de crise (IANNI, 1978 p. 142).

Conclui-se assim que o racismo dá lucros e dessa forma ele é indissociável do sistema capitalista. Ele afirma a escravidão como processo natural e favorece a opressão argumentando que a raça branca é superior a raça negra. Assim, o modo de produção capitalista condiciona as ações humanas aos interesses do mercado. “Nesse contexto, raça e classe subsumam-se recíproca e continuamente, tornando mais complexa a consciência e a prática políticas dos negros (IANNI, 1978 p.80).

O racismo se camufla nas relações sociais de classe, mas se torna nítido quando os números mostram que a população negra está nos últimos lugares da escala social. A condição subalterna da maioria da população negra dos países da América Latina, principalmente o Brasil, dificulta a transição de uma consciência alienada para uma consciência política e crítica.

O negro e o mulato com frequência são duplamente alienados, porque são alienados como membros de uma raça diferente, inferior, em face do branco e como membros de uma classe social também subordinada a outra, na qual a maioria pode ser branca (IANNI, 1978 p. 76).

Em síntese, na sociedade capitalista a força de trabalho é sempre seletiva, pois, na indústria, por exemplo, os cargos são organizados e hierarquizados a partir da qualificação profissional, idade, sexo, raça, religião entre outros. Assim, a demanda de trabalhadores vai se tornando mais seletiva e a consequência é a sofisticação da escala de discriminação (IANNI, 1978).

Ao mesmo tempo, essa escala de discriminação pode ser generalizada no seio dos próprios trabalhadores, na medida em que ela pode funcionar como um artifício competitivo. Nessas condições, os trabalhadores são divididos em negros, mulatos, índios, mestiços, brancos e outras gradações. Apenas formalmente todos são cidadãos, iguais perante a lei (IANNI, 1978 p. 126).

Ainda comentando sobre as dificuldades que a população negra enfrenta após a abolição da escravidão, Clóvis Moura (1977) afirma que o mito da democracia racial se trata de um mecanismo de barragem ideológica do negro no Brasil, que não o deixa enfrentar o preconceito e esconde a real situação brasileira, enquanto um país racista. Ainda no pensamento de Moura, trata-se de uma estratégia para o ideário de branqueamento progressivo pela miscigenação, executado pelas classes dominantes que não querem que os descendentes de africanos escravizados consigam ter os mesmos direitos na sociedade de classes.

Na sociedade de capitalismo dependente que se estabeleceu no Brasil, após a Abolição, necessitou-se de uma filosofia que desse cobertura ideológica a uma situação de antagonismo permanente, mascarando-a como uma situação não competitiva (MOURA, 1993, p.55).

Este quadro garantiu a dominação dos oprimidos, criando uma democracia estreita, efetivada da particularidade e objetivação do capitalismo brasileiro eficaz para manter os oprimidos em espaços planejados pela classe dominante, enfraquecendo e neutralizando suas organizações nos níveis político, cultural e ideológico. No Brasil, a classe trabalhadora se trata em sua maioria de descendentes de africanos escravizados, o que tornou o “mito da democracia racial” armadilha para desarticular as crenças e religiões dos negros, em manifestações de laboratório (MOURA, 1993).

O “mito da democracia racial” foi criado para combater a classe trabalhadora, majoritariamente negra. Não é necessário uma classe senhorial,

uma vez que a burguesia transferiu esse mito para a democracia dos dias atuais. A democracia racial, não passa de uma ideologia que jamais será efetivada por meio de campanhas humanitárias, educacionais ou de fundo filantrópicos. É preciso uma sociedade que saia do plano da competição e entre na faixa da cooperação.

O capitalismo causa a competição entre os indivíduos e reforça as desigualdades materiais, aumentando a concorrência entre os trabalhadores e diminuindo o sentimento de solidariedade. Assim, o capitalismo deseja não somente tornar as parcelas da classe trabalhadora antagônicas entre si, mas também hierarquizar os trabalhadores por fenótipos raciais. Isso faz com que no processo de exploração do capital sobre o trabalho, os trabalhadores não se reconheçam como igualmente explorados, e começam a competir com sua própria exploração. A divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho se transformam em um conjunto, que faz com que o racismo pessoal e institucional operem como critério de desempate, bastante presente.

Isso ocorre porque o racismo (que se alterna entre velado e explícito no país) gera vantagem competitiva a favor dos não-negros no mercado de trabalho. Na luta por melhores condições de trabalho e de acesso a direitos de cidadania – na realidade a busca por sua integração em base de igualdade formal no sistema capitalista – a população negra pode esbarrar em “privilégios” da parcela da classe trabalhadora constituída por não-negros (MENEZES, 2010, p.50).

O racismo está presente também em parcelas da própria classe trabalhadora. Tal fato, não deixa de ser uma estratégia do capitalismo para controlar a classe trabalhadora, pois, enquanto certa parcela da classe trabalhadora compete agressivamente entre si, o capital mantém o controle sobre todos.

A pobreza e miséria remetem majoritariamente a um grupo étnico-racial específico, pois, é impossível falar de classe trabalhadora sem falar em raça no Brasil.

O negro acumulou frustrações e humilhações que tornam incontáveis os seus anseios de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Ele não pode dar a outra face. É tudo ou nada. Ou rebeldia ou capitulação. Ou democracia pra valer ou luta contra os grilhões, agora ocultos por uma pseudodemocracia (FERNANDES, 1989, p.64).

A discriminação racial e o racismo podem estar presentes na sociedade escravista e na sociedade de homens livres, pois, o sistema capitalista é adaptável a ambas, sabendo se produzir dentro dos dois modos de produção, com características particulares. Assim, é possível afirmar que a discriminação racial e o racismo são funcionais ao sistema capitalista, sendo capaz até mesmo de incorporar demandas como as do movimento negro, desde que seu processo de acumulação não seja afetado. Porém, não só a questão racial é interligada com o modo de produção capitalista, mas também a questão de gênero.

As mulheres e os homens são construídos socialmente por meio da divisão sexual do trabalho que impõe papéis distintos e desiguais para cada sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem (SAFFIOTI, 1987 p. 8).

Temos que partir do pressuposto de que o patriarcado é estruturante nas relações de dominação e exploração capitalista. “Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista” (SAFFIOTI, 2004 p. 130). Embora não tenha sido o capitalismo que originou a dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino, ele incorpora essa dominação para seu processo de produção e reprodução, assim como fez também com o racismo, dito anteriormente.

Assim, o capitalismo incorpora o patriarcado e se aprofunda na divisão sexual do trabalho, a partir da ideia de esfera pública (produção mercantil) e da esfera privada (não mercantil). Dessa forma, reforça que o espaço da produção e da política é destinado aos homens, e as mulheres cabe o espaço da reprodução, do cuidado, do lar.

A sociedade de classes não oferece à mulher um quadro de referência através do qual suas funções possam ser avaliadas e integradas. Neste tipo de estrutura social, a vida feminina se apresenta contraditória. Há, para as mulheres, uma necessidade subjetiva, e, muitas vezes, também objetiva, embora nem sempre a primeira se torne consciente, de integração na estrutura de classes e, de outra parte, uma necessidade subjetiva e objetiva de se dar à família (...). Qualquer hierarquização das funções femininas nas sociedades capitalistas reforça as dificuldades de integração da mulher na sociedade. E, no entanto, parece ser esta a única via de integração social do elemento feminino sob o capitalismo (SAFFIOTI, 1976 p. 42).

A sociedade não é dividida entre homens dominadores e mulheres subordinadas. Existem homens que dominam outros homens e mulheres que dominam outras mulheres. Ou seja, o patriarcado, sistema em que nas relações sociais a mulher é subordinada ao homem, não é formado como único princípio estruturante da sociedade brasileira.

Saffioti afirma que o sistema patriarcal e sua ideologia penetram tanto a sociedade quanto o Estado. A autora também afirma que, o racismo, o patriarcado e o capitalismo constituem um único sistema de dominação-exploração em que o poder é do homem, branco, rico e heterossexual.

De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos tome mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres (SAFFIOTI, 1987 p. 16).

Saffioti (2004) afirma que as agressões masculinas sobre as mulheres funcionam como mecanismos inscritos nas relações de gênero. Seguindo essa lógica, Elaine Bezerra, integrante do Núcleo de Estudos em Gêneros da Unicamp, em uma entrevista, aponta que as relações patriarcais se reproduzem a partir de dois mecanismos: da ideologia e da violência. Tais mecanismos apresentam como expressões o machismo, o sexismo, e a misoginia. Nesse sentido, é importante ressaltarmos que o patriarcado não é fixo e imutável. Trata-se de um processo histórico que apresenta particularidades de acordo com o tempo e o espaço e que conta com homens e mulheres em luta permanente para sua superação.

É importante ressaltar que quando falamos em patriarcado no Brasil ou na América Latina, estamos lidando com um conceito que está vinculado com a formação social de cada país. Porém, a dominação do patriarcado gera rebatimentos em todas as esferas da vida social, pois

[...] embora o patriarcado diga respeito, em termos específicos, à ordem de gênero, expande-se por todo o corpo social [...] o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social (SAFFIOTI, 2015, p.130).

No seio da sociedade brasileira, o papel da mulher foi desenvolvido pelo modelo econômico, político e social. Tais elementos estão ligados à dominação de interesses ao longo da história, no qual a figura masculina está acima da figura feminina.

Isto posto, pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987 p. 50).

O modelo de sociedade que se tem hoje no Brasil é fruto de todo o processo histórico e social surgido com a colonização. A formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil teve como base um sistema patriarcal, escravocrata e colonial, o que foi essencial para e funcional para o capitalismo no Brasil, no qual a inserção da mulher sempre aconteceu de forma subalterna.

Na sociedade escravocrata brasileira se formaram complexos sociais justificados hoje em nome da tradição, que orientam até os dias atuais mitos e preconceitos através dos quais a sociedade atual tenta justificar a exclusão da mulher de determinadas tarefas e mantê-la, assim, no exercício de papéis voltados ao âmbito reprodutivo (SAFFIOTI, 2013, p.230).

Atualmente, o capitalismo neoliberal⁵ vem impondo uma agenda antidemocrática, retirando os cada vez mais os direitos e incentivando a misoginia na sociedade. E como estratégia, o neoliberalismo trás a visão de emponderamento feminino que esconde uma perspectiva individualizante.

Nos países de capitalismo avançado, o que apenas se prenuncia no Brasil, destaca-se, na academia, um pensamento crítico ao marxismo, um feminismo culturalista, não no sentido gramsciano, de atenção à cultura, e nessa à cultura que colabora na sustentação do neoliberalismo o individualismo narcísico, o desmantelamento do associativismo na classe, o incentivo à indiferença social e à competitividade, por exemplo, mas um culturalismo em si, que privilegia o discurso, a fragmentação, a diferença, sem referência ao

⁵ Neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. No Brasil, o Neoliberalismo começou a ser seguido a partir dos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

cenário de globalização, das relações sociais que na economia política cada vez mais limitam o próprio exercício da criatividade, da subjetividade, bandeiras que correntes culturalistas acenam contra o feminismo marxista (CASTRO, p.108).

Sobre as mulheres negras, elas são atribuídas a dois papéis: o de empregada doméstica e de objeto sexual. Nas propagandas de televisão e em novelas, a patroa são atrizes brancas enquanto a empregada são atrizes negras. O lugar que as mulheres ocupam hoje na sociedade brasileira, em especial as mulheres negras, foram postos pelas condições materiais, pela propriedade privada e pelas instituições, isto é, baseada em elementos socioeconômicos.

O capitalismo atualmente é reproduzido de forma a se utilizar os mesmos mecanismos violentos de acumulação que estavam em sua origem, isto é, a apropriação das terras e da natureza, a exploração do trabalho, o controle sobre o corpo das mulheres; a violência e o poder militar (PARADIS, 2017). O racismo, que marcou o colonialismo na sociedade brasileira, é intensificado.

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987 p. 60).

É impossível separar a simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, porém, essa relação não é harmônica. Trata-se de uma unidade contraditória, pois pode gerar conflitos entre negras e brancas, ricas e pobres. Já para o capitalismo, não há tal contradição uma vez que o patriarcado e o racismo contêm elementos que permitem atingir o máximo dos lucros capitalistas, os mesmos elementos obtém o consumo da classe trabalhadora, dentro dos limites.

É importante ressaltarmos quem são os beneficiados dessa simbiose. Safiotti afirma que

As classes dominantes usufruem da simbiose dos três sistemas de dominação-exploração, na medida em que esta simbiose consolida o poder do macho branco e adulto. As mulheres das classes privilegiadas e dado o direito de usufruir da riqueza que possuem, riqueza esta amealhada graças à exploração das classes trabalhadoras em geral, e especificamente da mais intensa exploração de mulheres e negros destas camadas. Mais do que isto, a burguesia formula normas de conduta através das quais subordina os trabalhadores, mas não se submete a elas. Esta é uma verdade válida para todos os campos da vida humana, dela não escapando o terreno sexual (SAFFIOTI, 1987 p. 64).

Safiotti ainda afirma que a simbiose patriarcado-racismo-capitalismo beneficia primeiramente o homem rico, branco e adulto, já dito anteriormente. Por isso a autora afirma que

Por conseguinte, o machismo, presente tanto na cabeça dos homens quanto na das mulheres, contribui enormemente para a preservação do estado de coisas vigente no Brasil, pleno de injustiça, qualquer que seja o ângulo do qual for examinado: das relações homem-mulher, das relações entre as etnias, das relações entre as classes sociais. Estes três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais. Disto decorre o fato de que todas as atitudes machistas reforçam a fusão do trio da dominação-exploração. Convém, pois, que se medite profundamente sobre esta questão, se se tem interesse em transformar a sociedade brasileira na direção da menor injustiça. Será possível levar avante esta luta através da tomada de consciência dos prejuízos coletivos e individuais deste estado de coisas, assim como por meio da desmistificação da ideologia liberal (SAFFIOTI, 1987 p. 67).

As mulheres vivem sob as medidas e regras do mercado. O controle do corpo e da sexualidade das mulheres é um dos pilares que sustenta o patriarcado. As imposições racistas e patriarcais sobre os corpos femininos fazem as mulheres acreditarem que há sempre algo a ser “corrigido” para se adequar aos padrões e as exigências da sociedade capitalista, patriarcal e racista.

O capitalismo é extremamente violento quando vai dominar nossas subjetividades, nossos corpos, nosso trabalho e nossos territórios. Não nos contentamos com a incorporação de palavras dos nossos discursos pelo mercado, nem podemos correr o risco de fragmentar a nossa agenda frente as ameaças tão grandes que enfrentamos. Não aceitamos que a nossa luta por liberdade e igualdade seja reduzida a visões e práticas liberais e individualistas, que não incomodam e nem questionam as bases materiais do patriarcado capitalista e racista (PARADIS et al, 2017, p. 21).

Questionar esse sistema é essencial para conectar as demandas de transformação mais profundas com a nossa constituição como sujeitas/sujeitos. As formas de resistência estão sendo construídas todos os dias por homens e mulheres que acreditam em um mundo que tenha valores de igualdade e liberdade. É a partir da luta que a opressão, a exploração, o machismo e o racismo serão superados.

2 – AS MULHERES NEGRAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO E AO RACISMO:

“Eu, mulher negra, resisto!”

(Alzira dos Santos)

Durante anos as mulheres lutam contra o sexismo e o racismo. A escravidão e a discriminação com as mulheres são heranças do passado com consequências ainda nos dias atuais.

Em 1970 e 1980 as mulheres negras denunciaram sobre a violência vivida por elas, pois 60% das mulheres mortas eram negras, devido à falta de assistência das autoridades públicas e pela exploração sexual que as mulheres negras eram vistas, segundo os dados tragos pelo IPEA de 2002 que ajudou a formular a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em 2007. Atualmente, o feminismo negro tem denunciado as violências que as mulheres negras sofrem tanto pela condição se sexo, mas também pelo preconceito racial.

A luta contra as discriminações de sexo e raça/etnia causadas ou intensificadas pela escravidão e pelo colonialismo é um processo que as mulheres, negros, indígenas, entre outros grupos vivem há séculos. Ela é agravada quando há a combinação de vários fatores como é o caso, por exemplo, da mulher negra (MELO; THOMÉ, 2018 p. 17).

Neste capítulo, trabalharemos primeiramente com alguns conceitos fundamentais, como: “classe para si” “luta de classe” e “emancipação humana” para a melhor compreensão do cenário que acontecem as primeiras e principais manifestações negras no Brasil. Também apontaremos sobre o surgimento dos chamados “Novos Movimentos Sociais”. Em seguida, propomos uma reflexão acerca das mulheres negras no interior do movimento feminista e suas particularidades. O capítulo é concluído sendo elencadas as contribuições do feminismo negro na luta antirracista brasileiro.

2.1 – O fundamento do modo de produção capitalista:

No modo de produção capitalista, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, formando uma relação de emprego e salário. Dessa forma, o trabalho na sociedade capitalista promove a alienação e a exploração do trabalhador, o desumanizando.

Segundo Marx (1980), para Montañó e Duriguetto (2011) o processo de trabalho é submetido a lei geral da acumulação do capital, uma vez que se a força de trabalho for decrescente, a consequência é o desemprego e o subemprego. E quanto maior o desenvolvimento, maior é a acumulação de capital. “O desenvolvimento do capitalismo não promove maior distribuição de riqueza, mas maior concentração de capital, portanto, maior empobrecimento, ou seja, maior desigualdade” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 81).

Porém, esse não é um ciclo natural e sem mudanças. Os trabalhadores lutaram e continuam lutando para diminuir a desigualdade. Para entender melhor como isso ocorre, estudaremos agora a respeito das classes sociais para Marx, a consciência e as lutas de classe.

Para Karl Marx (1980), as classes sociais tem como fundamento a divisão social em um determinado modo de produção. Interpretando essa ideia, Montañó e Duriguetto (2011) explicam que

Para Marx, as classes fundamentais, ao longo da história, constituem-se principalmente a partir da polarização entre os produtores diretos da riqueza (os escravos, os sevos, os trabalhadores) e os proprietários dos meios de produção (a terra, a indústria, as ferramentas, as máquinas, os recursos materiais), e é essa relação polarizada entre os criadores e usurpadores de riqueza que caracteriza um determinado tipo de sociedade, um modo de produção (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 85).

Dessa forma, no modo de produção capitalista as principais classes se formam por burgueses e proletários, que em Marx são categorias em constante movimento. Ainda segundo o autor, as classes sociais não têm relação direta com o volume de renda de cada um e sim sua posição na esfera produtiva. É no interior do âmbito da produção que são originada as classes sociais, pois, “não é a renda que determina a classe, mas o tipo de propriedade no e para o processo produtivo é que determina o volume da renda dos indivíduos e das classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 87).

Dessa forma, no capitalismo para o trabalhador acessar os meios de produção e para o capitalista acumular capital e ter contato com a força de trabalho, as duas categorias precisam estabelecer uma relação.

Essa é (...) uma relação salarial, de emprego, que vincula as classes fundamentais no processo de produção e distribuição de valor e riqueza criados. Mas, como o próprio Marx esclarece, a relação entre capital e trabalho, no modo de produção capitalista, é uma relação marcada pela exploração e pela alienação. Essa é, portanto, desigual, marcada pelo antagonismo de interesses, pela subordinação de uma sobre o comando da outra, pela acumulação e enriquecimento de uma e a pauperização (absoluta e relativa) da outra, uma produz o novo valor, a outra se apropria dessa mais-valia (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 89).

É importante ressaltarmos que apesar da heterogeneidade da classe trabalhadora, toda ela é constituída de homens e mulheres “livres” que vendem obrigatoriamente sua força de trabalho ao capital em troca de salário.

Marx nos ensina duas dimensões da classe: a classe em si e a classe para si. Montaño e Duriguetto (2011) são essenciais para a melhor compreensão dessas duas categorias. Os autores ensinam que a classe em si trata-se de uma mera existência de classe, isto é, “corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 97).

Já a classe para si tem consciência de quais são seus inimigos e se organizam para lutar e defender seus interesses. A classe trabalhadora já é uma classe em si, é necessário alcançar a classe para si e ter a consciência de seus interesses comuns.

Essa dupla dimensão da classe, “em si” e “para si”, que em condições históricas determinadas pode coexistir num mesmo momento, em outras caracteriza uma passagem, levando-nos às seguintes determinações de classe: a “consciência” e as “lutas de classes” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 98).

Segundo os autores Montaño e Duriguetto, a consciência em si trata-se de uma superação parcial da alienação, desenvolvendo uma crítica direta a partir do cotidiano dos trabalhadores, sem refletir acerca da ordem do capital. No dia-a-dia e nos espaços coletivos, os trabalhadores se identificam com as suas situações, a tornando coletiva. Assim, “ao identificar semelhanças nas

condições de vida (...) os indivíduos podem desenvolver uma identidade e uma consciência reivindicatória, que deriva numa ação grupal reivindicatória” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 103).

Mas apesar da consciência reivindicatória é necessário refletir as causas dessa desigualdade gerada pelo capital para que se tenha uma ação articulada com a totalidade e não se consiga somente mudanças isoladas e reformistas sem se olhar os fundamentos da ordem dominante. Dessa forma, o que Marx denomina de classe para si e classe em si, dito anteriormente, está presente também na passagem de consciência reivindicatória para uma consciência de totalidade.

Segundo Karl Marx (1980) o modo de produção capitalista é regido pela lei da acumulação de capital constituindo o cenário no qual as classes se defrontam. Para Montaña e Duriguetto, é a partir desse processo que surgem as lutas de classes.

A separação do produtor dos meios para produzir, do trabalho manual e intelectual, a relação salarial entre vendedores e compradores de força de trabalho, entre capital e trabalho, a relação de exploração de mais-valia, tudo isso são constantes na ordem regida pelo capital. No entanto, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a fase expansionista ou recessiva do capital, a existência ou não de crise, a correlação de forças sociais, o grau de consciência de classe, de organização dos trabalhadores (em sindicatos, em partidos), a articulação/desarticulação dos variados grupos de interesse, tudo isso tende a particularizar os momentos diversos no processo de luta de classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 113).

Com isso, é importante refletirmos: o modo de produção capitalista tem seu fundamento na contradição entre capital e trabalho se manifestando de diversas formas, como por exemplo, as questões de gênero e as questões raciais. Tais problemáticas aparentam ser independentes e que nada tem a ver com a relação entre capital e trabalho. Mas muito pelo contrário, as lutas sociais se fundam na contradição capital-trabalho, pois elas “estão presentes diretamente nas contradições estruturais (capital-trabalho) e nas suas manifestações (...) configurando formas e espaços das lutas de classes” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 117).

Montaña e Duriguetto (2011) afirmam que alguns autores marxistas consideram “lutas sociais” como manifestações das “lutas de classe” uma vez

que as questões em torno das lutas sociais são entendidas como derivações da questão social, isto é, fundadas na contradição capital-trabalho.

Em definitivo, “lutas de classe” e “lutas sociais” não são expressões contraditórias, mas formam parte de um processo comum, às vezes em níveis diferentes. O que diferencia as formas de lutas é o tipo de organização pela qual se desenvolvem, seus objetivos de curto e longo prazos, a clareza (consciência) dos fundamentos e da gênese das suas reivindicações, o fato de se orientar a questão meramente econômicas, ou num nível politicista ou culturalista, ou, pelo contrário, alcançar o nível de uma luta político-econômica que contempla as demandas de curto prazo, almejando o horizonte mais amplo da emancipação humana (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 120).

Devemos ainda nos atentar sobre um fato muito importante sobre o fundamento do modo de produção capitalista. A desigualdade de classe, não é mais importante que a discriminação racial, por exemplo. Não se pode considerar uma relação mais importante que a outra.

Não se trata, portanto, ao considerarmos a centralidade da “contradição de classes”, nem de pretender com ela compreender todas as relações de desigualdade e opressão, nem de caracterizar a maior ou menor importância de uma ou outra forma de desigualdade ou “exclusão”. Trata-se de compreender com ela os fundamentos da sociedade capitalista, no modo de produção capitalista, aquilo que peculiariza esse modo de produção e o diferencia de outros (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 127).

A exploração de classe é essencial para a sociedade capitalista. Não é mais importante que outras tantas questões. É central em função da questão de classe ser fundamental no modo de produção capitalista.

A partir disso, é importante que debatermos a respeito da emancipação. Para Marx (2001), existe a emancipação política e a emancipação humana. Segundo Montaño e Duriguetto (2011), a emancipação política trata-se do conjunto de direitos dos cidadãos, que garanta sua liberdade e igualdade, meramente jurídicas. A emancipação política traduz diversas conquistas para a classe trabalhadora, mas “realiza-se no interior da ordem social comandada pelo capital, portanto, na manutenção de um sistema estruturalmente desigual” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 131).

Já a emancipação humana supera e extingue todas as desigualdades, dominação e exploração, fazendo com que o produtor seja dono dos meios que produz, ou seja, para que ela aconteça é necessário superar a ordem do

capital. É importante ressaltar que a emancipação política não é opositora a emancipação humana, porém não há identificação entre elas. “Assim, se a “emancipação política” é compatível com a ordem burguesa, a “emancipação humana” supõe sua superação” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 131).

Todas as lutas contra as diversas formas de desigualdade garantem a emancipação política, mas não a emancipação humana. Para esta, é essencial que as lutas tenham como objetivo para a superação da divisão das classes sociais e a eliminação da ordem social burguesa.

Não haverá emancipação da “trabalhadora-mulher” numa sociedade machista e patriarcal, assim como não haverá emancipação da “mulher-trabalhadora” numa sociedade capitalista. Não haverá emancipação do “trabalhador-negro” numa sociedade racista e xenofóbica, assim como não haverá emancipação do “negro-trabalhador” na sociedade capitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 132).

A luta contra o modo de produção capitalista deve ser junto com a luta contra o machismo, o racismo, e as mais variadas formas de preconceito e desigualdade, para que homens e mulheres se tornem verdadeiramente livres.

2.2 – Os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS)

Surgidos principalmente no século XX, os chamados Novos Movimentos Sociais têm como objetivo complementar as lutas de classe dos movimentos clássicos. Por ser um debate amplo, Montaño e Duriguetto o dividem em três grupos.

O primeiro grupo são os “acionistas”, que são grupos heterogêneos, que não consideram “classe”, tendo seu caráter não classista em suas lutas que por vez, visam mudanças pontuais e não uma mudança no sistema como um todo. O segundo grupo, segundo os autores, são os chamados “esquerda pós moderna” que tem como inspiração as teorias nacionalistas e não consideram as bases teóricas do marxismo. E por fim, o terceiro grupo, formado por marxistas e comunistas, que tem como objetivo relacionar as lutas dos NMS, isto é, lutas fora do universo da produção, às lutas revolucionárias. Aqui, nos interessa debater e refletir sobre a última.

Configurando o grupo marxista dos NMS, temos autores como Lojkin e Kowarick que se destacaram por defender que os problemas sociais como desigualdades, preconceito e racismo, são fundados na contradição capital-trabalho, isto é, as desigualdades são geradas na esfera produtiva das contradições que fundamentam o modo de produção capitalista.

As interpretações que outorgavam aos movimentos um papel societário transformador, passaram a ser questionadas na medida em que as demandas dos movimentos voltaram-se, basicamente, para a defesa dos direitos de cidadania, e não para uma mudança radical do sistema. Diversos autores argumentavam que um dos aspectos mais relevantes dos movimentos sociais urbanos referia-se à transformação de necessidades e carências em direitos, o que era visto como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 336).

Dessa forma, temos que reafirmar que para a reflexão marxista as pautas dos movimentos sociais são consequências e relacionadas com as lutas de classe. Os Novos Movimentos Sociais por sua vez, pode não passar uma clara visão de seus verdadeiros inimigos, se perdendo no plano imediatista, fazendo com que o politicismo ganhe espaço.

Os NMS podem ser visto como “objetivos de lutas” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p.339) que não estão relacionadas à questão que fundamenta o modo de produção capitalista.

Podemos perceber que vêm prevalecendo hoje, nessas abordagens teóricas acerca dos novos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, elaborações construídas a partir de eixos culturais, relativas ao processo de construção de identidades (atribuídas ou adquiridas), em que diferentes tipos de pertencimento são fundamentais (...). Nessa perspectiva acionalistas ou pós-modernos (integradas numa visão culturalista), os atores desses movimentos ganharam centralidade nos estudos, enquanto novos sujeitos sociais, em detrimento da ênfase que é dada pelos autores marxistas às classes sociais, enquanto agentes fundamentais na explicação da realidade social (ver Ghon, 1999, p.41); em idêntico sentido, as análises centram-se no âmbito da sociedade civil, menosprezando a esfera estatal do mercado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011 p. 332).

Dessa forma, é muito importante que não caímos na tendência da fragmentação em nossas lutas contra o machismo, o patriarcado, o racismo, a homofobia, a misoginia e etc. e possamos nos orientar para a transformação da

ordem, com objetivo revolucionário de superação da ordem burguesa e em busca da emancipação humana.

Mas, para além do debate, é importante destacarmos qual era o contexto mundial e principalmente no Brasil, que fizeram eclodir os chamados Novos Movimentos Sociais.

No mundo eclodiu uma série de acontecimentos como as revoluções socialistas e libertárias, pois se tratava de um período onde o capitalismo mundial se expandia. É um contexto marcado por dois lados em disputa: o bloco socialista e o bloco capitalista. Tal momento também é conhecido como “Guerra Fria”. Essa fase, reatualiza os debates da esquerda fazendo se desenvolver os chamados Novos Movimentos Sociais.

A busca de alternativas às lutas sindicais, tanto de orientação social democrata quanto as articuladas à União Soviética, fez emergir, ao longo dos anos 1960 e na abertura dos anos 1970, e tendo como marco referencial os processos revolucionários, as ditaduras militares e o Maio Francês de 1968, ações de resistência e ofensiva dos trabalhadores, que se evidenciavam não só por demandas por melhorias salariais, mas também por ações que contestavam a divisão hierárquica do trabalho, propostas de controle autogestionárias, chegando-se à recusa do controle do capital e à defesa do controle social de produção (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011 p. 265).

No cenário brasileiro, a sociedade estava repleta de modificações estruturais como a industrialização, o aumento das migrações, surgimento do operariado urbano e das classes médias. É importante ressaltarmos que durante a ditadura militar no Brasil, houve prisões, torturas, exílio e etc. o ano de 1968 também apresentou diversos movimentos de resistência.

Dessa forma, na década de 1970 aconteceram no Brasil diversos protestos, passeatas, abaixo-assinados, pelo fim dos governos militares, das torturas, repressões, censuras e exílios.

As mobilizações pela redemocratização que confluíram nas “Diretas Já” constituíram o maior movimento de massa que o Brasil já teve. De fevereiro a abril de 1984 milhares de pessoas se mobilizaram e compareceram às passeatas e aos comícios organizados por comissões suprapartidárias, objetivando restabelecer a democracia no país (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011 p. 274).

Em 1989 é realizada a primeira eleição pra presidência do Brasil após o período ditatorial. No decorrer da década surgem e ressurgem movimentos sociais e organizações, como por exemplo, o movimento negro, que veremos melhor sua trajetória no item seguinte.

2.3 – O “Protesto Negro” e o Movimento Feminista no Brasil:

As exclusões marcaram as relações das pessoas negras com a ordem racial existente no Brasil. As duas expressões históricas mais importantes do ativismo negro aparecem unidas aos movimentos sociais que eclodiram em 1920 até meados de 1940. A relação entre classe e raça ficou mais evidente depois da desagregação da ordem social escravocrata. Com o capitalismo competitivo, o negro se manifestava nos porões da sociedade (FERNANDES, 1989) e muitos acreditavam que ele se tornaria igual ao branco rapidamente, apesar da discriminação racial.

O “protesto negro” (FERNANDES, 1989) surge após a Primeira Guerra Mundial, nas primeiras décadas do século XX. A população negra começa a questionar por que o imigrante teve êxito e as pessoas negras continuavam na condição de inferior. Surgem assim, as primeiras manifestações do “meio negro” (FERNANDES, 1989). O negro começa a elaborar uma radiografia racial do Brasil e com os resultados passa a contestar o paternalismo, o clientelismo e o conformismo dos brancos das classes dominantes.

Após três séculos privados de liberdade e lutando por sobrevivência no período da escravidão, a população negra começa agora a lutar por igualdade. Aos negros e as negras, não foi dado assistência, educação e alfabetização. Não houver políticas de habitação, emprego e saúde. A população negra vai reerguer um protesto que exigirá uma nova configuração da ordem estabelecida. Tanto na pirâmide educacional quanto a estrutura ocupacional o negro era excluído e marginalizado, claramente com oportunidades desiguais entre as pessoas brancas, erguendo barreiras raciais.

O novo negro, que se afirma como categoria social, e assusta o branco conformista, tradicionalista ou autoritário, não é um rebento do protesto negro, mas da luta pela vida e do êxito na competição inter-racial numa sociedade de classes multirracial (FERNANDES, 1989 p.15).

Segundo Fernandes (1989) o preconceito e a discriminação tinham a mesma origem histórica e se complementavam, de forma a reforçar a dominação racial dos brancos e o desejo social de “manter o negro em seu lugar”, ou seja, impedir qualquer possibilidade de rebelião racial. Mesmo assim, surgiram diversas entidades negras que criticavam a ordem legal vigente e sua falsidade para o negro.

O Brasil tinha um problema enquanto Nação: era necessário primeiro superar o escravismo e a herança escravocrata e se criar uma nova democracia racial e social. Sendo assim, somente a população negra era capaz de compreender a origem do problema e enfrenta-lo em busca da sua solução integral.

Dessa forma, quando a população negra entende sua posição desde o pós abolicionismo, os movimentos que surgiram de protesto negro se voltaram para a formulação do que realmente deveria ser a ordem social brasileiro, isto é, igualitária e democrática no plano racial.

O negro foi estilhaçado pela escravidão tanto quanto pela pseudoliberalidade e igualdade que conquistou posteriormente. Uma destruiu de forma peremptória os liames com as culturas africanas originárias e o uso normal do talento negro em benefício do próprio negro. A falsa liberdade e a falsa igualdade, por sua vez, fizeram com que aquilo que se poderia descrever como “escravidão por outros meios” agisse de maneira ultradestrutiva, impedindo que o negro e o mulato forjassem ativamente o seu próprio nicho psicocultural e histórico-social (FERNANDES, 1989 p.45).

Em 1915, foi criada a “imprensa negra” paulista. Tratava-se de folhetos com publicações da vida negra urbana, com materiais que interessavam a população negra. Esses folhetos era uma alternativa que a população negra teve em resposta as imprensas comuns da época que eram brancas, e essa alternativa permitia que os negros fossem ouvidos por outros negros, acusavam os casos de racismo e os mais diversos casos da vida cultural e social.

A “imprensa negra” somou-se ainda em 1931 com a Frente Negra Brasileira (FNB). A FNB teve uma atuação destacada na luta contra a discriminação racial. Depois dos êxitos obtidos, a FNB resolveu constituir-se como partido político, fato que durou pouco tempo, pois, em 1937, com a

decretação do Estado Novo⁶ por Getúlio Vargas, todos os partidos políticos – inclusive a Frente Negra – foram declarados ilegais e dissolvidos.

Com o Estado Novo, tais associações de cunho racial tiveram fim. Nas palavras de Fernandes (1989, p. XX), “o movimento não morre. Ele hiberna, sob a pressão externa da ditadura que de fato recompõe a capacidade de dominação oligárquica das classes sociais dominantes e da raça branca”.

Após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, a população negra volta a se organizar. Em 1944 é criado o Teatro Experimental do Negro, com o líder Abdias Nascimento⁷ que tinha como objetivo em suas peças potencializar a negritude e fortalecer seus sentimentos. Em 1945, foi criado o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, anunciando fatos importantes aos negros, como por exemplo, a presença negra na Assembleia Constituinte para que os negros tenham seus direitos garantidos.

Após, novas entidades foram criadas, e de igual forma, extintas, quase sempre por questões financeiras e ideológicas. Todas elas tinham como objetivo inicial unir o negro e ressaltar sua negritude, mantendo assim uma comunidade com uma identidade forte e bem resolvida (CUNHA, 2017 p.45).

Em 1964 as associações negras sofrem novamente com o golpe militar, sendo extintas todas as organizações consideradas contrárias à ordem, como por exemplo, as religiões de matriz africana e as perseguições aos militantes negros. Com o fim da ditadura, o Movimento Negro ganha força novamente nos anos 70, influenciado pelos movimentos de direitos civis norte-americanos. Foi nesse momento, que houve a recuperação da capacidade de intervenção política dos negros brasileiros, oprimidos e reprimidos por vários momentos de autoritarismo desde a extinção da Frente Negra Brasileira.

Ainda é necessário apontarmos as lutas que as mulheres travaram no Brasil. Lutas essas marcadas pelo gênero, pela raça, pela orientação sexual e território. “Reconhecemos ainda que elas têm o viés de olhares brancos, mas, ao menos, tentam resgatar algo do passado no enfrentamento ao racismo”

⁶ Estado Novo trata-se do período em que o Brasil foi governado ditatorialmente por Getúlio Vargas (1937-1945).

⁷ Abdias do Nascimento foi um poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras no Brasil. Nasceu em 14 de Março de 1914 e faleceu em 23 de Março de 2011.

(MELO; THOME, 2018 p. 53). Já no século XIX as mulheres buscavam pelo sufrágio feminino no Brasil.

Os direitos sociais que as mulheres têm atualmente foram conquistados graças às lutas de milhares de mulheres ao longo da história brasileira. A resistência das mulheres negras vem desde o período colonial, onde escravos e escravas lutaram de diversas formas. No final da escravidão, a busca pela liberdade se intensificou.

A luta de Liberata, em 1780, na justiça pela liberdade mostra um dos atos de resistência contra a escravidão. Ela brigou na justiça para obter a liberdade, que lhe havia sido prometida por seu patrão. Os mais de 400 processos de ações de liberdade impetrados por cativos existentes no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) pesquisados por Keila Grinberg (1994) atestam esse e tantos outros caminhos possíveis que a resistência contra a escravidão utilizou no Brasil, entre eles, a compra de alforria (MELO; THOME, 2018 p. 55).

Na segunda metade do século XIX, foram criadas as associações e clubes abolicionistas, onde a resistência das mulheres se intensificou com o fim do tráfico em 1850 e a luta pela escravidão era feita tanto por ações masculinas quanto de mulheres que tinham destaque nas ações a favor da liberdade dos escravos. As mulheres contestavam contra a escravidão e também denunciavam as “amarras sociais que as subordinavam ao patriarcado” (MELO; THOME, 2018 p. 59).

Do norte a sul, mulheres organizaram associações em defesa da abolição: no Ceará, em 1882, Maria Tomázia Figueira, Maria Correia do Amaral e Elvira Pinho agitaram a sociedade cearense promovendo atos em defesa da abolição. Em 1884, a Assembleia Legislativa da Província do Ceará aboliu a escravidão (...). Naquela década, o movimento abolicionista propagou-se rapidamente e grupos feministas foram organizados nas maiores cidades brasileiras (MELO; THOME, 2018 p. 60).

As lutas abolicionistas agitaram o Brasil, e o voto feminino começa a ser debatido naquela década no cenário brasileiro. Em 1932 foi assinado o Código Eleitoral Provisório, no qual as mulheres tinham direito ao voto.

Na ditadura de Getúlio Vargas, as lutas feministas foram interrompidas pelo golpe de 1937. Mas quando em 1949 a escritora francesa publica o livro O segundo sexo, no qual apontava sobre a construção social de ser mulher, a rebelião feminina de mulheres começa a se organizar no Brasil. Essa

movimentação pela redemocratização também contribuiu para o avanço da luta antirracista.

Nessa década, destacaram-se, em São Paulo, Celina Campos, professora de música, Antonieta e Gersen Barbosa, que implantaram inúmeras bibliotecas e Laudelina Campos de Melo, que fundou a Associação de Empregadas Domésticas em Santos. Foram das principais mulheres do movimento negro. Benedita Costa fundou o grupo Rosas Negras, que organizava bailes com o objetivo de ampliar o suporte financeiro ao movimento (MELO; THOME, 2018 p. 69).

Com a ditadura militar e as liberdades democráticas limitadas, a ONU organizou um espaço de debate para as mulheres brasileiras, contribuindo para o ressurgimento do feminismo. Surgiu o Movimento Feminino pela Anistia que lutava pela democratização do país e a discriminação sofrida pelas mulheres. Surge o Manifesto das Mulheres Negras, reconhecendo as divisões raciais dentro do movimento feminista, e em 1978 surge a figura de Lélia Gonzalez, “uma das principais lideranças feministas negras e uma das percussoras da introdução das questões de gênero e raça na sociedade brasileira” (MELO; THOME, 2018 p. 72).

Atualmente, ao longo dos últimos 37 anos as mulheres obtêm diversas conquistas e derrotas. Desde 2003, nas ruas, nas escolas e nas universidades, grupos feministas defendem as conquistas das mulheres nos últimos anos.

Assim, clamam pelo fim da discriminação no mercado de trabalho, com igualdade de rendimentos para as mesmas funções e acesso aos cargos de direção, pela igualdade nas hierarquias religiosas, nos partidos políticos, nos organismos de classe (MELO; THOME, 2018 p. 73).

Cada vez mais mulheres estão indo a rua em busca do respeito ao corpo feminino e por novas relações de gênero. É necessário que rompamos com a invisibilidade que as mulheres têm pela história oficial, e se tenha uma sociedade que supere o capitalismo, o racismo e o patriarcado.

Dessa forma, é importante entendermos a origem do feminismo e sua trajetória, e retira-lo da “seara das polêmicas infundáveis e enfrenta-lo como potência transformadora” (TIBURI, 2018 p. 08). Na nossa atual conjuntura, vale a pena esse enfrentamento.

Para começarmos nosso processo de compreensão sobre o feminismo, podemos defini-lo como o desejo por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado. Nesse processo de subjugação, incluímos todos os seres cujos corpos são medidos por seu valor de uso: corpos para o trabalho, a procriação, o cuidado e a manutenção da vida, para a produção do prazer alheio, que também compõe a ampla esfera do trabalho na qual está em jogo o que se faz para o outro por necessidade de sobrevivência (TIBURI, 2018 p.12).

A revolução francesa⁸ foi um marco importante no nascimento do feminismo como sujeito político. Durante o processo revolucionário, as mulheres participavam ativamente contra a igreja e a monarquia. Direitos políticos eram uma das suas principais reivindicações. Gurgel (2010) afirma que as mulheres começaram uma batalha histórica para participarem da vida pública, no campo, no trabalho e da representatividade na política.

É importante ressaltar que, o movimento feminista⁹, desde o seu nascimento, efetivou um enfrentamento ao sistema patriarcal-capitalista vigente, criticando a propriedade privada, à igreja, à família e ao Estado. A presença ativa das mulheres nas lutas sociais auxiliou e contribuiu para o questionamento e/ou a quebra de algumas práticas do cotidiano que davam a elas um papel secundário na sociedade. Contribuiu, ainda, para que a mulher se organizasse para lutar e conquistar direitos que lhe foram negados historicamente.

O feminismo organiza um impulso perigoso à ordem dada como natural. Por isso, conservadores constantemente se apropriam do feminismo, tentam capturá-lo e transformá-lo em mercadoria. Na impossibilidade de fazer algo dele palatável ao mercado, o feminismo é transformado por seus detratores em uma excrescência inútil. Sabemos que o sistema econômico e político de nossa época, ao qual damos o nome de capitalismo, precisa transformar em excrescência e inutilidade tudo aquilo que o ameaça (TIBURI, 2018 p. 27).

⁸ A Revolução Francesa, iniciada no dia 17 de junho de 1789, foi um movimento impulsionado pela burguesia e que contou com uma importante participação dos camponeses e das massas urbanas que viviam na miséria na França.

⁹ É importante ressaltar que nem todo movimento de mulheres é um movimento feminista. Segundo Duriguetto (2007), o movimento feminista tem como característica a luta contra todas as formas de opressão, subalternidade e discriminação sobre as mulheres, buscando a conquista de liberdade, igualdade e autonomia. Já o movimento de mulheres não adota necessariamente uma perspectiva feminista.

No Brasil, o movimento feminista surgiu no século XIX, com a luta pela educação das mulheres, o direito ao voto feminino e a abolição dos escravos. No século XIX, a condição da mulher brasileira acompanhava as desigualdades sociais e econômicas do país. A sociedade brasileira era baseada na escravidão que oprimia tanto a mulher negra na sua condição de escrava quanto à mulher branca, restrita às tarefas do lar.

Mas, o feminismo brasileiro ganha espaço no período de ditadura militar, mesmo com tanta repressão. Em um cenário com tanta opressão, como já foi dito anteriormente, surgiram muitos grupos feministas privados, onde as mulheres se encontravam em casa para debater sobre diversos assuntos, inclusive, política. Os encontros aconteciam escondidos, pois era o momento de alta coerção ditatorial.

Desde então, o movimento feminista brasileiro obtém diversas conquistas como: as Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência em 1975; o Primeiro Congresso das Classes Trabalhadoras em 1981, que contou com diversas pautas feministas; a primeira Delegacia especializada em violência da mulher em 1985; e no mesmo ano, sob pressão do movimento “Diretas Já” foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher.

Todos esses indicadores expressam a existência de uma presença muito firme das mulheres na defesa de seus interesses. Há uma participação efetiva das mulheres no cenário da política, que as análises que se limitam a estudá-la por intermédio de resultados eleitorais não permitem vislumbrar. Daí a existência de duas questões de naturezas distintas quando o tema é a participação feminina: a primeira diz respeito à fraca participação das mulheres nas esferas estritas da política, isto é, tanto no campo eleitoral como nos cargos de primeiro escalão de governo (ministras e secretarias estaduais). A segunda questão concerne às formas alternativas de participação das mulheres, que permitem a elas obterem êxitos tão expressivos como os apontados acima (PINTO, 2003 p. 95).

Entretanto, apesar das vitórias e das conquistas constitucionais, a luta não acaba. Juridicamente, a mulher tem muitas proteções, mas ainda sim a dominação masculina continua sendo favorecida.

O feminismo no Brasil está, portanto, quase sempre para além da lei, que, embora tenha muito a dizer sobre as mulheres, não garante a sua igualdade real, tampouco a sua segurança. É notório o estado de

violência a que se encontra submetida à mulher, desde as questões de identificação enquanto mulher, até o âmbito doméstico, que faz vítimas fatais o tempo inteiro (CUNHA, 2017 p. 58).

O movimento feminista brasileiro a partir de vários debates compreendeu a necessidade de superar as desigualdades geradas pelo patriarcado e também a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como por exemplo, o racismo. Desta forma, as mulheres negras tomam consciência dos novos sujeitos políticos no interior do movimento feminista (COELHO, 2010). É importante ressaltar que os encontros nacionais feministas foram essenciais para as articulações das mulheres negras, propiciando assim uma melhor compreensão de classe, gênero e raça.

A atuação do movimento feminista proporcionou experiência e base teórica para o feminismo negro, no qual puderam refletir, articular e reivindicar suas questões específicas. As lutas travadas pelo movimento feminista no Brasil se desenvolveram sem necessariamente colocar em questão o racismo e seus desdobramentos na exploração/dominação das mulheres negras. A partir desta premissa, buscaremos desenvolver os dilemas do feminismo negro brasileiro.

2.4 – O movimento feminista negro no Brasil:

Nos últimos trinta anos, as mulheres negras tem se organizado politicamente a fim de promover os direitos humanos da população negra e o fim da opressão de raça, gênero e classe. A partir da chegada dos/das primeiros/as africanos/as no território brasileiro, isto é, forçados pelo escravismo colonial, negros e negras tem desenvolvido formas de resistência para sobreviver e de “voz em contextos sociais moldados pelo racismo, pelo sexismo e pela exploração econômica” (PEREIRA, 2013, p. XX).

Para a autora Lélia Gonzalez, o racismo trata-se de uma ideologia que se aproveita de um sistema fundado na exploração capitalista, desse modo sua estrutura promove a divisão racial do trabalho e atua diretamente nas classes sociais exercendo um “dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (Gonzalez, 1984).

Dessa forma, o feminismo negro surge no Brasil no final da década de 1970, com o processo de abertura política que permitiu a reorganização de movimentos sociais como o sindicalismo, o movimento estudantil e o movimento negro. Nas primeiras décadas do século XX, as associações negras entendiam a discriminação como algo que afetava os homens e as mulheres. Assim, o feminismo negro foi essencial para trazer ao centro dos debates raciais, a discriminação de gênero e raça. A categoria “gênero” aparece determinando a desigualdade entre homens e mulheres da mesma raça, mas isso não quer dizer que entre grupos raciais distintos essa desigualdade acontece na mesma proporção. Assim, o feminismo negro brasileiro, com a participação de setores da esquerda, do movimento negro e do movimento feminista começa a problematizar a vida política e as experiências sociais das mulheres negras.

As mulheres negras eram desfavorecidas em ambos os movimentos: entre o movimento feminista a questão sobre raça não era comentada e entre o movimento negro a diferença de sexo não era considerada, produzindo em ambos os movimentos formas de opressão interna.

Todavia essa relação de violência e desigualdade forjou novas possibilidades de criação e reinvenção de um indivíduo social - MULHER NEGRA - que plantará em territórios inimagináveis novas formas de ser e viver uma humanidade transfigurada pela violência do racismo, que será reinventada na ação crítica e contra-hegemônica (...). Para nós, mulheres negras, a sororidade é, também, o reconhecimento de uma ancestralidade e experiências comuns marcadas pela dor da escravidão e o duro reconhecimento de seus impactos materiais e subjetivos em nossas vidas. É perceber o vazio deixado no caminho; da longa travessia do Atlântico (ALMEIDA, 2017, p.4).

No interior de diversas entidades, comissões, movimentos sociais, partidos e grupos políticos, se construiu um movimento específico, nascido fundamentalmente do movimento negro e do movimento feminista, que busca ter como ação política a especificidade que o inspira: o de ser mulher negra. A necessidade política que levou a organização de mulheres negras mostrou os limites de ação política destes dois movimentos sociais, que foram suas matrizes geradoras. Dessa forma, o movimento de mulheres negras como uma nova força política implica ao mesmo tempo a uma crítica política a esses dois movimentos. Tal crítica tem sua origem na subordinação que a questão da

mulher negra tem sido na pauta de reivindicações tanto do movimento negro quanto do movimento feminista.

O Movimento de Mulheres Negras nasce marcado pela contradição que advém da necessidade de demarcar uma identidade política em relação a esses dois movimentos sociais de cujas temáticas e propostas gerais também partilha e que, em última instância, determinam a sua existência e ambigüidades. Estas condições impõem a discussão sobre os fatores que justificam a necessidade de organização política das mulheres negras, a partir de suas especificidades, e ainda investigar no que estas especificidades consistem. (CARNEIRO, 1993, p.16).

Sueli Carneiro (2003) usa a expressão “enegrecer” para mostrar que era necessário as pautas de mulheres negras no movimento feminista e “sexualizar” as pautas do movimento negro.

Diante da invisibilização da categoria “raça” nos estudos e nas ações do nascente movimento de mulheres e da não atenção às relações de gênero no movimento negro, mulheres negras militantes em tais organizações se propuseram a questionar essas práticas excludente (RODRIGUES; PRADO, 2010 p.449).

Participando tanto do movimento feminista quanto do movimento negro, as mulheres negras construíram grupos que tinham como característica “próximas às de organizações feministas, com sua perspectiva de horizontalidade, e mantendo em relação às organizações negras a centralidade da discussão do racismo” (RODRIGUES; PRADO, 2010).

A consequência dessa leitura que as mulheres negras fizeram sobre a prática política dos dois movimentos em questão foi à busca de um novo posicionamento que pense estrategicamente sobre o redimensionamento que questão da mulher negra, sobre uma própria perspectiva.

No feminismo negro, não é a democracia e a cidadania em si que forjam os direitos desfrutados pelos grupos sociais e sim a própria mobilização das populações marginalizadas em nome destes ideais. Participação democrática e cidadania aparecem como processos, conquistas que precisam ser renovada constantemente tendo em vista dois termos. De um lado, apresentam-se situações concretas em que a população negra é capaz de se reconhecer. De outro, enfatizam-se princípios normativos que aparecem mais ou menos implícitos, os quais servem de critério para que se vislumbre quais são os bens e garantias sociais negados às cidadãs negras (PEREIRA, 2013 p. 5).

A história das mulheres negras dentro dos movimentos feministas mostrou a insuficiência do feminismo para lidar com as diversas expressões multirraciais no que diz respeito a prática e a teoria. E graças a problematização da ausência do debate racial dentro dos movimentos feministas, que as mulheres negras se inseriram no sistema político institucional como o Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo no ano de 1983 e posteriormente no Conselho Nacional do Direito das Mulheres.

A entrada das mulheres negras no CECF de São Paulo e, em seguida, no CNDM, abrindo espaços de participação institucional, propiciou o início de um processo de consolidação de um movimento autônomo de mulheres negras. As disputas políticas entre mulheres negras, mulheres brancas e homens negros já haviam deixado clara a necessidade de se pensar gênero e raça de maneira conjunta, pois o cruzamento dessas duas variáveis mostrava de maneira inequívoca o lugar ocupado pelas mulheres negras na pirâmide social (RODRIGUES; PRADO, 2010 p. 450).

A questão de gênero tratada pelas mulheres negras tem características e demandas que impossibilitam o tratamento exclusivo de se estudar gênero sem pensar em raça e suas especificidades. Por outro lado, estudar raça sem considerar as questões de gênero também é um debate incompleto. Por isso, a luta pelo combate ao racismo e as desigualdades causadas pelo sexo é essencial para as mulheres negras uma vez que o racismo produz hierarquias que inferiorizam homens negros e mulheres negras em relação à mulher branca.

O movimento feminista negro, mesmo vivendo conflitos internos sobre sua forma de organização nacional, sobre a autonomia do movimento, dilemas sobre organizações do movimento, entre outras questões, conseguiu se consolidar e se desenvolver como não só importante, mas diria essencial na esfera pública do Brasil.

Apesar de todos os dilemas e conflitos, o movimento feminista negro também obtém diversos avanços e conquistas, sendo reconhecido por contribuir no debate e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária do ponto de vista das relações raciais e de gênero.

É nítida a forma como a relação entre as mulheres negras e as esferas da sociabilidade é desigual, constituindo relações de poder onde gênero e raça expressam essa desigualdade. Quando o movimento feminista negro se insere no espaço público, a sua identidade coletiva é marcada a partir do modo como o racismo e o sexismo ordenam a vida social de homens e mulheres, negros e brancos, e vai sugerir para o movimento feminista negro que além da prática de reconhecimento, também se reconheça a diferença, “articulando em sua construção identitária reivindicações do discurso democrático e de direitos de outros sujeitos sociais oprimidos” (RODRIGUES; PRADO, 2010).

Atualmente, o feminismo negro tem se fortalecido cada vez mais, muito graças à amplitude das redes sociais. O uso da internet hoje, permite que um número incontável de mulheres negras se identifique e conheça as pautas do movimento feminista negro.

As mulheres negras estão conquistando cada vez mais espaço na internet, no rádio e no audiovisual. Como por exemplo, as integrantes do blog “Rodadas Negras” no qual o portal Géledes executou uma entrevista para comentar a respeito da representatividade que as mulheres negras têm alcançado com o uso da internet. O grupo conta com a historiadora Angélica Ferraz, pesquisadora do universo feminino do samba; a professora Raquel Barreto, que tem como âmbito de pesquisa o partido dos Panteras Negras; Fernanda Thomaz, professora de História da África da Universidade Federal de Juiz de Fora, e a professora Lourence Alves, que trabalha e tem experiência com cozinha experimental de herança nagô, isto é, povo de origem africana. Segundo uma das integrantes, o grupo tem como objetivo debater sobre o racismo estrutural juntamente com as pessoas negras, ao mesmo tempo em que informe envolva a sociedade como um todo.

É importante o fortalecimento do protagonismo negro, da representatividade, de ideias e saberes do povo negro, mas para falar a uma comunidade muito maior, para falar à sociedade. É importante ampliar esse debate de “lugar de mulher é onde ela quiser”. Lugar da população negra é onde ela quiser — destaca a historiadora Angélica Ferrarez (PORTAL GÉLEDES, 2018).

Outro exemplo é a Rede de Mulheres Negras *Ciberativistas*, originado em Janeiro de 2017 no Rio de Janeiro promovido pelo projeto “Mulheres Negras Fortalecendo na Luta Contra o Racismo e Sexismo”. A rede tem como objetivo debater a defesa dos direitos das mulheres negras e potencializar

estratégias de comunicação criadas e desenvolvidas por mulheres negras que debatam o racismo e o sexismo on-line.

Segundo Mônica Aguiar, colunista do Portal Áfricas, os princípios e objetivos da Rede de Mulheres Negras *Ciberativistas* são: somos uma rede de mulheres negras, formada por mulheres negras; reconhecemos as multiplicidades das vivências das mulheres negras na sociedade brasileira; comprometemo-nos a difundir narrativas que valorizam práticas, experiências, conhecimento, lutas e conquistas das mulheres; defendemos: a vida, a democracia, os direitos humanos e sociais, os direitos reprodutivos e sexuais, o protagonismo das mulheres negras e o direito ao bem viver; combatemos: o racismo e todas as formas de opressão/exploração das mulheres negras, intolerância religiosa, o genocídio da população negra em todo território nacional; atuamos em defesa das mulheres negras nos ambientes virtuais e não virtuais; acolhemos e visibilizamos denúncias de violações de direitos das mulheres negras para o enfrentamento do racismo e sexismo, considerando as especificidades; difundimos narrativas que valorizam práticas, experiências, conhecimentos, lutas e conquistas das mulheres negras.

2.5 – Os desafios e conquistas do feminismo negro no Brasil:

Refletir sobre a contribuição do feminismo negro na luta feminista e antirracista no Brasil, é pensar sobre as consequências do racismo e sexismo que levaram as mulheres negras a uma situação de desigualdade econômica, política, social e cultural. A luta pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para as mulheres negras, uma luta histórica que deu possibilidades para ultrapassarem as barreiras impostas pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo no Brasil. O protagonismo das mulheres negras, feito no primeiro momento pelo desejo de liberdade e resgate de humanidade negada pela escravidão, e no segundo momento pontuado pelas pautas das organizações de mulheres negras, vem se articulando para um novo cenário e recobrando perdas históricas.

A autora Pereira (2013) enumera em quatro aspectos os Estudos das Relações Raciais, no qual, mulheres negras comprometidas a entender a

realidade formulam interpretações sobre injustiças e tentam concretizar projetos de transformação social.

Primeiramente, segundo a autora, as feministas negras questionam as academias como “centros irradiadores do conhecimento científico”, problematizando a ideologia utilizada por um Estado racista que silencia a coleta de dados e as condições de vida da população negra.

(...) setores da academia contribuem para a hegemonização do mito da democracia racial, suspeitam da neutralidade de projetos de conhecimento desatrelados de propostas de erradicação de desigualdades (...). Neste sentido, o pensamento democrático do feminismo negro se configura como uma ferramenta de democratização dos próprios conceitos necessários à participação na vida política do país (PEREIRA, 2013 p. 6).

Em segundo lugar, as feministas negras unem experiência individual e estrutura social uma vez que fatores micro e macro analíticos sedimentam aspectos que permanecem em todos os tempos.

Este aspecto é particularmente visível em seus materiais de mobilização: no nível macro-analítico, aborda-se o funcionamento da sociedade, de instituições públicas e de canais participativos; no nível micro-analítico, empregam-se narrativas pessoais de ressignificação da subjetividade por meio do reconhecimento de opressões e adesão a práticas e discursos transformadores (PEREIRA, 2013 p. 7).

Em terceiro lugar, o feminismo negro compreende que a democracia necessita não somente de representatividade, mas também é necessária a atenção e a permeabilidade do Estado nos grupos menos favorecidos. Tal permeabilidade pressupõe fóruns participativos para decisão da alocação de recursos simbólicos e materiais (PEREIRA, 2013).

Em ultimo lugar, a autora sinaliza de forma brilhante a interação entre classe, gênero e raça afirmando que

O feminismo negro amplia o campo de visão com base no qual o Estudo das Relações Raciais tem se firmado, permitindo compreender como a opressão racial é dependente e combinada com opressões de gênero, heteronormatividade e exploração econômica (PEREIRA, 2013 p. 7).

Segundo Sueli Carneiro (2003), pode-se afirmar que o papel político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil.

A ação política das mulheres negras vem promovendo: o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher; o reconhecimento das diferenças intragênero; o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico; o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais; o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza; o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a brancura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não-brancas. (CARNEIRO, 2003).

A introdução de tais questões no âmbito da esfera pública contribui, ademais, para o alargamento e desenvolvimento dos sentidos de democracia, igualdade e justiça social. Noções sobre gênero e raça instituem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo.

Lélia Gonzalez afirma que o racismo se articula com o sexismo criando efeitos violentos sobre a mulher negra. A autora mostra em uma afirmação rônica como a cultura brasileira mascara e oculta as africanidades que a constituem. E nitidamente, a mulher negra na cultura brasileira sofre rejeição de seu papel.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. (...) Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta (...). Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 1984 p.226).

As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que nunca reconheceram o mito da fragilidade feminina, pois nunca foram tratadas como frágeis. As negras trabalharam durante séculos na condição de escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras ou prostitutas.

A mulher negra teve um papel importante na produção econômica e na reprodução da vida, desde o seu sequestro da África. Cabe ressaltar que trabalhou nas plantações, na mineração, nas casas grandes, nos bordéis, horas a fio até seu esgotamento absoluto. Amamentou o filho da mulher branca sem o direito de cuidar dos seus, cena recorrente nos dias atuais. A mercantilização de seus corpos, como expressão viva do racismo patriarcal, a vivência do estupro, do aborto, do adoecimento psíquico, do abandono, da separação involuntária de filhos, parentes, o desafeto em razão da escravização são marcas de um passado longínquo, cujas consequências estão vivas até hoje (ALMEIDA, 2017, p.6).

Atualmente, o movimento de mulheres negras trás para a cena política os diversos resultados da articulação entre raça, gênero e classe. Tal movimento promove as bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e pelo movimento feminista. Enegrecer¹⁰ o movimento feminista brasileiro significa instituir na bandeira do movimento de mulheres, o peso que a questão racial tem na configuração das políticas demográficas, na caracterização da violência contra mulher pelo conceito de violência racial, na discussão sobre as doenças étnica/raciais, entre outros.

Se, historicamente, as práticas genocidas tais como a violência policial, o extermínio de crianças, a ausência de políticas sociais que assegurem o exercício dos direitos básicos de cidadania têm sido objetos prioritários da ação política dos movimentos negros, os problemas colocados hoje pelos temas de saúde e de população nos situam num quadro talvez ainda mais alarmante em relação aos processos de genocídio do povo negro no Brasil (CARNEIRO, 2011, p. 03).

Lélia Gonzalez em 1991 escreveu sobre dois tipos de dificuldades para as mulheres negras: a primeira é o eurocentrismo do feminismo brasileiro que constitui um eixo articulador a mais da democracia racial e do ideal de branqueamento, ao se omitir a questão central da raça nas hierarquias de gênero e ao universalizar os valores da cultura ocidental para todas as mulheres, sejam brancas ou negras; a segunda dificuldade é um distanciamento da realidade vivida pelas negras ao se negar toda a resistência e luta em que elas foram protagonistas graças à dinâmica de uma cultura ancestral.

¹⁰ *Enegrecendo o feminismo* é a expressão utilizada para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro.

E atualmente? Quais são as mudanças e avanços do feminismo negro 30 anos após esse apontamento de Lélia Gonzalez? Como o feminismo negro tem contribuído para a luta das mulheres e da população negra?

A educação brasileira conta hoje com a lei Nº o 10.639, que torna obrigatório o ensino sobre a história e cultura da África no âmbito brasileiro, nas escolas públicas e particulares, nos ensinos fundamental e médio. Tal lei possibilita a construção da igualdade racial na comunidade escolar.

Enquanto professora em exercício em sala de aula e como pesquisadora envolvida na produção de trabalhos sobre essas e outras questões, tenho refletido sobre a necessidade e sobre a relevância da Lei N o 10.639 para o Brasil do século XXI. Tal lei nos leva a pensar sobre a necessidade de se implementar propostas que sejam capazes de construir a igualdade racial nas diferentes esferas sociais, dentre elas, a escola, um dos espaços onde o racismo está presente (RAMOS, 2018 p. 2).

Estudar a cultura herança da cultura africana no Brasil dentro das escolas compõe uma pedagogia antirracista, sendo considerado essencial para a promoção da igualdade racial “por subsidiarem ações pedagógicas potentes para se criar uma ambiência multirracial no espaço da sala de aula” (RAMOS, 2018 p. 2).

Para além das escolas, é preciso pensar na construção da igualdade racial na sociedade brasileira. Sociedade esta, que tem a cultura africana presente nas artes, nas músicas, na culinária, na religião, e nos mais diversos modos de vida dos brasileiros, independente da raça. Reconhecer a história e cultura negra significa valorizar a ancestralidade étnica, racial e cultural que compõe a sociedade brasileira, pois vivemos um cenário onde segundo o ultimo senso do IBGE, mais de 50% da população no Brasil se autodeclara negra, parda e indígena.

Da mesma forma, penso que uma educação para a igualdade racial consiste em uma possibilidade de se produzir um olhar caleidoscópico sobre nossa cultura, reconhecendo e valorizando diferentes formas de conhecer, sentir e viver. É o caso de reconhecer nas relações sociais também os modos de ver, sentir e conhecer afro-brasileiros, produzindo nos sujeitos uma identificação com tais diversidades. À sociedade brasileira do século XXI parece caber, portanto, a produção de outras linguagens, que impliquem em menos fala e mais escuta. Digo “menos fala” porque precisamos criar espaços para que o diálogo entre as diversidades aconteça, no qual a escuta do outro, os conflitos e os avanços acontecerão. É demanda

da sociedade do século XXI ampliar as formas de diálogo e modos de ver o mundo (RAMOS, 2018 p. 8).

É importante ressaltarmos também o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) que garante a “efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010).

Mas precisamos pensar também nas especificidades das mulheres negras. Um dos avanços mais significativos nos últimos 30 anos, foram às políticas públicas para o acesso a educação formal, que tem possibilitado a entrada de centenas de negras no ensino superior.

As mulheres, em seu conjunto, tiveram a maior taxa de crescimento nas faixas superiores de escolaridade, sendo que as mulheres negras acompanharam esse perfil de crescimento feminino. Entretanto, ao se observar os valores atingidos pelas negras em 2009, nota-se que só agora estas atingiram, nas faixas mais elevadas, valores próximos àqueles que as brancas tinham em 1995. As desvantagens das mulheres negras em relação às brancas eram tão elevadas no ponto de partida, que, mesmo tendo um bom crescimento ao longo do período considerado, elas ainda se mantêm bem longe de se assemelhar ao perfil das mulheres brancas ocupadas e mais escolarizadas (LIMA, RIOS e FRANÇA, 2013, p. 62).

No dia 13 de Maio de 2015, aconteceu o Manifesto da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver em Brasília. Segundo Ramos, a marcha teve como registro: pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas; pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados; pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras; pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho; pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções; pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos; pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade; pelo fim do

desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana; pela nossa participação efetiva na vida pública.

Após o sucesso que tem sido a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver desde 2015, esse ano aconteceu novamente em São Paulo, no qual foi registrado pelo Portal Géledes.

Senti que embora as mulheres negras caminhem por uma rota alternada por batalhas e vitórias, estabelecida pelas nossas ancestrais, ainda não tiveram a oportunidade de vivenciar um contato direto com essa história de luta na prática. Senti que ser Mulher Negra faz parte de uma construção coletiva, que não se dá apenas por meio de pesquisas ou livros, às vezes essa transformação se dá apenas após a experiência vivida. Que o nosso combustível é a urgência de nossas necessidades. Senti que conhecer a nossa história e requerer nossa ancestralidade nos faz nos entendermos enquanto mulheres negras para nós mesmas e posteriormente, para o mundo (PORTAL GÉLEDES, 2018).

Infelizmente, o racismo e suas práticas sistemáticas criaram e desenvolveram mitos e estereótipos, que naturalizaram o “lugar” social da população negra. O retrato das condições de vida da mulher negra no Brasil não é diferente de outras mulheres negras dos mais diversos países. A baixa escolaridade, os piores postos de trabalho, a saúde desprotegida, responsável pela chefia familiar, são as mais vulneráveis em processos de migração compulsória sobre as refugiadas. Sobre as mulheres negras, Magali Almeida (2017) afirma:

A dificuldade de acesso à rede de serviços é outra dimensão de sua realidade. São a maioria nas moradias precárias, no trabalho doméstico e no sistema carcerário. Tudo isso, revela o descaso do Estado na atenção de suas necessidades, historicamente (ALMEIDA, 2017 p. 08).

Apesar das diversas dificuldades e desafios que as mulheres negras enfrentam, o feminismo negro obteve também diversas conquistas. Os autores Rodrigues e Prado (2010) vão enumerar em quatro eixos os avanços do movimento feminista negro. O primeiro avanço trata-se das possibilidades que as mulheres negras têm de pensar a população negra como um articulador central, porém não homogêneo e sem divergências no interior dos movimentos negros.

Por essa perspectiva podemos observar como o discurso da especificidade da mulher negra ensejou a possibilidade de o movimento negro deter-se sobre suas fronteiras identitárias, em que há uma articulação permanente na codificação das diferenças internas encerradas nas estratégias políticas do “específico” (RODRIGUES; PRADO, 2010 p.454).

O segundo avanço está no eixo político-institucional, pois as mulheres negras acompanharam as feministas no que diz respeito aos ganhos nos espaços institucionais, como por exemplo, a participação no Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Essa presença das mulheres negras dentro das discussões, garantiu uma preocupação de implementar políticas públicas que atendem mesmo que minimamente as mulheres negras por parte do Estado.

A própria participação de mulheres negras em Conferências Internacionais da ONU e a criação e consolidação de Secretarias e Coordenadorias para Assuntos da Comunidade Negra, em diferentes cidades e estados do país, a criação de uma Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial junto ao governo federal e, mais recentemente, a criação de Coordenadorias de Gênero e Raça em alguns municípios brasileiros revelam quanto o discurso das mulheres negras tem conseguido, apesar de suas fragilidades internas e do racismo ainda persistente na sociedade brasileira, estabelecer espaços de interlocução capazes de promover algum nível de mudança no cotidiano das mulheres negra (RODRIGUES; PRADO, 2010 p.455).

O terceiro avanço, segundo os autores, está no eixo da rede de solidariedade com outros movimentos sociais. As mulheres negras tem procurado cada vez mais manter contato com os diversos movimentos sociais, mantendo sempre a sua essência de articulação nos movimentos feministas e movimentos negros. Se na década de 1980 a lógica era de confronto ao movimento feminista atualmente há pautas comuns, e feministas brancas tem considerado a dimensão racial em seus debates.

(...) no caso do Brasil, essas lutas por direitos para a população negra têm sido levadas sem nenhum grande apoio de setores da elite intelectual, econômica ou política do país, o que torna as conquistas e avanços representados pela ação do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras dignos de grande respeito e reconhecimento (RODRIGUES, PRADO, 2010 p.455).

O quarto avanço, para os autores, está no eixo da produção acadêmica, isto é, as mulheres negras além de serem protagonistas de suas próprias

histórias, tem sido objeto de estudo dentro da academia brasileira justamente por causa da visibilidade e militância que construíram.

Do ponto de vista do que é produzido academicamente, há uma busca por compreender esse tema, essa especificidade. Normalmente essa busca por produzir academicamente sobre o papel político das mulheres negras na sociedade brasileira tem partido delas próprias, na medida em que buscam estabelecer um diálogo entre academia e sua experiência militante (RODRIGUES; PRADO, 2010 p.455).

Os autores ainda afirmam que o que ainda falta nessas mudanças é saber se elas têm sido capazes de efetuar um impacto real na vida das pessoas. Mas tais mudanças são capazes de em algum momento da história se consolidar na vida cotidiana de negros e negras brasileiros.

Atualmente, o movimento feminista negro, com a melhoria das tecnologias digitais, o acesso à educação, a ocupação de postos estratégicos na política, na universidade e no mundo do trabalho, tem feito diferença embora de forma ínfima. Essa diferença tem contribuído para o acesso a informações importantes e produzido conhecimento pouco discutido pela “academia”. O feminismo negro está desconstruindo o discurso estereotipado e socialmente construído sobre a mulher negra.

No Brasil, a população negra compartilha a mesma história de violência, desenraizamento e escravidão, porém isso não faz ter uma identidade negra. “Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SANTOS, 1983 p. 77).

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SANTOS, 1983 p. 77).

Para nós, mulheres negras, a conscientização da opressão acontece primeiramente pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial formam elementos básicos na luta da população negra, que desenvolve formas políticas e culturais de resistência desde o período escravocrata.

Mas é graças a esses processos de luta que se originaram a consciência da discriminação sexual, pois as mulheres sempre foram invisibilizadas e vítimas de práticas sexistas do patriarcado. Assim, é sempre necessário explicitar a articulação entre gênero, raça e classe, desmascarando as estruturas de dominação de uma sociedade que lucra com o racismo e o patriarcado. Essa estratégia, segundo Davis (2016) deve colocar em dúvida a funcionalidade do capitalismo e deve apontar na direção do socialismo.

Ser mulher negra é uma tarefa eminentemente política que requer força, coragem e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Durante toda a história, as mulheres foram oprimidas. Ao se analisar o modo de produção capitalista, é possível afirmar que o capitalismo é constituído de forma a favorecer o domínio dos homens sobre as mulheres. Dessa forma, para se emancipar o sexo feminino é necessário a superação do sistema vigente.

A formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada. Apesar de criticar aspectos do movimento feminista como o conhecemos até agora – crítica que às vezes é dura e implacável – eu o faço não em uma tentativa de diminuir a luta feminista, mas de enriquecer, de compartilhar o trabalho de construção de uma ideologia libertadora e de um movimento libertador (HOOKS, 2015 p. 208).

Dessa forma, é importante que saibamos reconhecer que as especificidades como, por exemplo, a raça, não deve ser analisada separadamente da classe, pois, dentro da ordem do capital gênero, raça e classe são indissociáveis.

A classe é a categoria que estabelece as mais diversas formas de opressões e quais sujeitos estarão submetidos à tais preconceitos. Por isso, os movimentos sociais devem ter como objetivo a luta de classes, para que se combata a exploração de uma mulher da classe dominante sobre uma mulher da classe trabalhadora, uma negra sobre outra negra, e assim por diante.

Tal relação não torna as lutas “específicas”, contraditórias, uma vez que na lógica do capitalismo as expressões da questão social (as diversas formas de opressão e desigualdades sociais) não se encontram dissociadas da sua estrutura.

O que muitas vezes os movimentos sociais considerada de maneira equivocada, é as “diferenças” como produto de construções culturais, ignorando a perspectiva de totalidade. Assim, deve-se olhar raça e gênero para além da cultura, uma vez que a mesma é determinada pelas relações sociais dentro das contradições presentes nesta sociedade.

As lutas sociais que visam o fim das desigualdades sociais deve ter como ponto comum a luta classista, reconhecendo a diversidade das relações de

classe, raça e gênero, mas sem perder a dimensão voltada para a emancipação humana.

As relações sociais de sexo não são isoladas ou meramente individualizadas entre homens e mulheres. São estruturantes, assim como os conflitos de classe e “raça”. Tais conflitos exigem o pensar de um sujeito político coletivo. Para pensar os sujeitos dessas lutas, é fundamental identificar quais são as pessoas que sofrem na pele as opressões e explorações pela sua classe, “raça” e sexo. Esse sujeito é a classe trabalhadora em sua totalidade que não é homogênea, mas enriquecida politicamente das singularidades e particularidades que a compõem. Um sujeito capaz de universalizar o grito por liberdade em suas múltiplas dimensões (CISNE, 2018 p. 227).

Sintetizamos aqui, que o feminismo negro surge mais fortemente no Brasil na década de 70 e 80. Ativistas negras como Lélia Gonzalez foram pioneiras nesse processo de emergência da necessidade de compreender e aprofundar a situação que as mulheres negras eram subordinadas.

Sueli Carneiro (2003) afirma que é necessário o combate as ideologias que complementam o sistema capitalista, como por exemplo, o racismo cujo qual faz com que a população negra, em especial, as mulheres negras, estejam inferior na escala social. Sendo assim, a luta das negras pelo fim da opressão de gênero e de raça vem estabelecendo novas perspectivas na ação política feminista e anti-racista, trazendo debates ricos para a questão racial e a questão de gênero no Brasil.

O presente trabalho buscou apontar as conquistas que o feminismo negro tem adquirido, principalmente através da sua inserção nas redes sociais multiplicando o alcance de informações as mulheres negras.

Consideramos que o racismo e o sexismo sempre dificultaram a inserção das mulheres negras nos espaços sociais, atuando de forma violenta a população negra. Fato esse, silenciado pelo “mito da democracia racial” presente até os dias atuais na sociedade brasileira.

Foram utilizadas obras as obras de autores como: Fernandes (1989), Moura (1977,1983, 1993) Safiotti (1987, 2004,2013, 2015), Carneiro (1993, 2003, 2011), entre outros, a fim de comprovar que as opressão que as mulheres sofrem não é um problema isolado, mas, assim como o racismo, o patriarcado está associado na lógica do capitalismo. Assim, a luta contra o capitalismo e contra o racismo, é uma luta anticapitalista. As sequelas geradas

pelo patriarcado e pelo racismo não se separam do modo de produção, e influenciam na ideologia, na cultura e valores.

Atualmente, a perspectiva individualista vem ganhando cada vez mais espaço dentro dos movimentos sociais. Tal reforça as dificuldades histórias sofrida pelas mulheres negras. Defendemos aqui a associação do feminismo negro a luta de classe, pois, as mulheres negras compõe a classe trabalhadora e são diferenciadamente exploradas. É certo que a classe não é homogênea e não devemos negar suas diferenças e heterogeneidade, porém defender a unidade de classe é essencial para a superação das desigualdades.

Nesse trabalho procuramos relacionar o feminismo negro com o marxismo a fim de construir uma ação pautada no Projeto Ético-Político do Serviço Social e comprometida com a emancipação humana e contra todas as formas de opressão.

É de extrema importância que se compreenda que patriarcado, raça e classe são indissociáveis e estruturantes para a manutenção do modo de produção capitalista. Ao entendermos isso, poderemos juntos lutar por uma contra-hegemonia que não nos deixem alienados, não nos faça explorados e nos deixem verdadeiramente livres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Magali. **Da África para o Brasil: a força das mulheres negras**. Disponível em <<http://www.cress-mg.org.br/Conteudo/f25bbb16-52b7-481f-a4e9-8168e95cbd01/Da-%C3%81frica-para-o-Brasil-a-for%C3%A7a-das-mulheres-negras>> Acesso em 03 de Novembro de 2018.

BEZERRA, Beatriz Dantas Gomes; FERREIRA, Gleyson Henrique Lima. **Divisão sexual do trabalho**: rebatimentos da lógica patriarcal na vida das mulheres. Disponível em <<http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere>> Acesso em 11 de Novembro de 2018.

BRASIL. *História e Cultura Afro-Brasileira. Lei Federal nº10.639/2003*.

_____. *Estatuto da Igualdade Racial*. , Lei Federal nº 12.288/2010.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher Negra**. Cadernos Geledés – Instituto da Mulher Negra. São Paulo: 1993.

_____. **Estudos Avançados**. Mulheres em movimento. São Paulo. Sept/Dec, vol. 17, nº 49, nº 03, 15 de novembro de 2003.

_____. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, A.B.C; SANTOS, J.S; SANTOS, J.S. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista. Disponível em <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51197-29062018-084053.pdf> Acesso em 11 de Novembro de 2018.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista mais que um gênero em tempos neoliberais. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/346004/mod_resource/content/0/Encontro%209%20%20CASTRO.%20Marxismo%2C%20feminismos%20e%20feminismo%20marxista.pdf> Acesso em 18 de Novembro de 2018.

CISNE, Mirla. **MARXISMO**: uma teoria indispensável à luta feminista. Disponível em <

<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>> Acesso em 20 de Novembro de 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo**: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

COELHO, C.M.S. Gênero: teoria e política. **Revista Dimensões**. Vitoria, v. 23, 2010.

CUNHA, Ana Valéria Lima. **MULHER NEGRA, RAÇA E GÊNERO: o feminismo negro como caminho para a efetivação do direito a igualdade**. São Luiz: 2017.

CUNHA, Bárbara Madruga. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. XVI Jornada de iniciação científica de direito da UFPR. Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/porta1/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>>. Acesso em: 11 de Novembro de 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candini. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Editora:Tempo, v.12 n.23 Niterói , 2007.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

Géledes Instituto da Mulher Negra. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/>> Acesso em 17 de Novembro de 2018.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Editora UFRGS, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Entrevista – Lélia Gonzalez. **Jornal do MNU**, 19, jul./ago.1991.

Gonzalez, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244

GURGEL, Telma. Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. **Revista Temporalis**: Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 45-76, jan./jun. 2010.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. V.3, n. 2, 1995. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>> Acesso em: 03 de Novembro de 2018.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras**: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

MARX, Karl. **O capital** (crítica da economia política) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livros 1 e 3 v. 1,2, 4 e 5.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELO, H.P & THOMÉ, Débora. **Mulheres e Poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018

MENEZES, Franciane Cristina de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Libertas**: Revista da Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 9 - 72, jan./jun. 2010.

MONTANÕ, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, **Classe e Movimento Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MOURA, Clovis. (1977). **O negro**: de bom escravo a mal cidadão. São Paulo: Editora Conquista.

_____. (1993). **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Ática S.A.

_____. (1983). Organizações negras. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius. **São Paulo: O povo em movimento**. Petrópolis: Editora Vozes LTDA.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

PARADIS, Clarice; CARRAU, Natalia; BARRETO, Viviana. Marcha Mundial das Mulheres. **Desafios Feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida - nós mulheres seguimos em luta!** SOF: São Paulo: 2017.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquetto. **FEMINISMO NEGRO NO BRASIL: A LUTA POLÍTICA COMO ESPAÇO DE FORMULAÇÃO DE UM PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO SUBALTERNO**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

Quijano, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMOS, Tanise Muller. **A Presença das Africanidades no Cotidiano como Forma de se Pensar a Construção da Igualdade Racial**. Curso de Aperfeiçoamento Política de Promoção da igualdade racial na escola 4. Ed. Porto Alegre: Uniafro; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rodrigues, C. S. & Prado, M. A. M. (2010). Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. ***Psicologia& Sociedade***, 22(3), 445-456.

SAFIOTTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade.** 3ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SCHNEERBERGER, Carlos Alberto. **Manual Compacto de História do Brasil.** São Paulo: Editora Rideel, 2010.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum para todas, todes e todos.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.